



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA**

NÚBIA ANUNCIÇÃO DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA BAHIATURSA NA REDE TURÍSTICA DO ESTADO
DA BAHIA (1968 - 2006)**

Salvador-Bahia
agosto, 2012

NÚBIA ANUNCIÇÃO DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA BAHIATURSA NA REDE TURÍSTICA DO ESTADO
DA BAHIA (1968 - 2006)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo e Hotelaria, Departamento de Ciências Humanas da UNEB, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo e Hotelaria.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Francisca de Paula Santos da Silva

Salvador-Bahia
agosto, 2012

NÚBIA ANUNCIÇÃO DA SILVA

**A PARTICIPAÇÃO DA BAHIATURSA NA REDE TURÍSTICA DO ESTADO
DA BAHIA (1968 - 2006)**

Aprovado em _____ / _____ / _____

Prof^a. Dr^a. Francisca de Paula Santos da Silva – UNEB
Orientadora
Doutora em Educação, UFBA/FACED
Professora-pesquisadora UNEB

Prof^a. Luciana Conceição de Almeida Martins
Examinadora Externa
Mestre em Educação, UNEB
Professora Educação à Distância - EAD UNEB/UAB

Prof^a. Natalia Coimbra de Sá
Examinadora Interna
Doutora em Cultura e Sociedade, UFBA/FACOM
Professora-pesquisadora UNEB

Salvador-Bahia
agosto, 2012

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

À Deus por todos os momentos que me fizeram aprender um pouco mais, atribuiu missões pelas quais já sabia que eu iria batalhar e vencer. Além de ter me dado uma família maravilhosa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo apoio recebido para o desenvolvimento do projeto de Iniciação Científica (IC) iniciada no ano de 2009 e término em 2011.

À Professora Doutora Francisca de Paula, pela oportunidade de participar do seu projeto de IC, pelo tempo e paciência a mim dedicados e pelo apoio constante.

Aos Professores da Banca, Luciana Martins e Natalia de Sá pelas preciosas contribuições no trabalho.

Aos Professores que desempenharam com dedicação as aulas ministradas, ao Colegiado de Turismo e Hotelaria e aos amigos.

Aos meus pais, Domício e Maria das Graças por absolutamente tudo. Cada um de seus atos foi uma oportunidade que eu tive para crescer e me tornar o que sou. Aos meus irmãos, Marcos, Júlio, Uilma, Vilma e Sandra, pelo apoio e amor incondicional e que felizmente posso dizer ser recíproco.

Ao meu mais sincero agradecimento a Antônio Jorge, meu amado, pela força, apoio e muita paciência.

A todos vocês, o meu muito obrigada!

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a participação da Bahiatursa na rede turística do Estado da Bahia, no período de 1968 a 2006, cujo escopo é construir conhecimentos sobre as políticas públicas para o turismo e a gestão da Bahiatursa, visando identificar as ações desta instituição que promoveram o desenvolvimento o turismo na Bahia. Os dados foram levantando em fontes primárias, em jornais como A Tarde, Diário de Notícias e Jornal da Bahia da época, e em relatórios da Bahiatursa. Por meio desta instituição, foram criadas diretrizes, planejamentos e promoções, fazendo com que a Bahia se tornasse conhecida nacional e internacionalmente.

Palavras-chave: Turismo na Bahia, Bahiatursa, Rede Turística.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Rede Turística	22
Figura 02 - Classificação das Atividades Produtivas de Boullón	24
Figura 03 - Modelo do Sistur de Beni	25
Figura 04 - Mapa do Estado da Bahia	30
Figura 05 - Jornal Bahiatur	40
Figura 06 - Revista Viver Bahia	40
Figura 07 - Organograma do Sistema Estadual de Turismo da Bahia (1969-2006)	42
Figura 08 - Principais Zonas Turísticas da Bahia e Rede Viária, 2005	47
Figura 09 - Folheteria Promocional da Bahiatursa	52
Figura 10 - Postos de Informações Turísticas da Bahiatursa	53

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 - Cronologia das Políticas Públicas para o Turismo no Brasil	18
Quadro 02 - Fluxo Turístico Global da Bahia (2008-2011)	38
Quadro 03 - Programas realizados pela Bahiaturisa	48
Quadro 04- Projetos realizados pela Bahiaturisa	49
Quadro 05 - Meios de Hospedagem	55
Quadro 06 – Empreendimentos executados pela EMTUR	56
Quadro 07 – Formação e Qualificação Profissional	58
Quadro 08 – Fluxo Turístico e Receita (1980-2006)	60

LISTA DE SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira dos Agentes de Viagens
BAHIATURSA	Empresa de Turismo da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CONDETUR	Coordenação de Desenvolvimento do Turismo
CONBAHIA	Empresa Bahia Convenções
CONDER	Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo
CEF	Coordenação de Fomento do Turismo
CETUR	Conselho Estadual de Turismo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia
IUOTO	União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens
Mtur	Ministério do Turismo
ONT	Organizações Nacionais de Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SAT	Serviço de Atendimento ao Turista
SAMSU	Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

SCT	Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia
SIC	Secretaria de Indústria e Comércio
SICT	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo
SISTUR	Sistema de Turístico
SUDETUR	Superintendência de Desenvolvimento do Turismo
SUINVEST	Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos
SUTURSA	Superintendência de Turismo da Cidade de Salvador

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO	15
2.1 ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS	15
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL	17
2.3 REDE E SISTEMA TURÍSTICO	21
2.3.1 Organizações Nacionais de Turismo (Onts)	26
3 TURISMO NA BAHIA	29
3.1 ASPECTOS GERAIS DA BAHIA	29
3.2 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA BAHIA	31
3.2.1 Indicadores do Turismo Contemporâneo	38
4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIATURSA NA REDE TURÍSTICA DO ESTADO DA BAHIA	40
4.1 HISTÓRICO DA BAHIATURSA	40
4.2 O PAPEL DA BAHIATURSA NA GESTÃO DO TURISMO DA BAHIA	44
4.2.1 Planos, Programas e Projetos	45
4.2.2 Promoção do Destino Bahia	50
4.2.3 Infraestrutura: hotelaria e equipamentos para eventos	54
4.2.4 Formação e Qualificação Profissional	58
4.2.5 Fluxo Turístico e Receita	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICES	69
APÊNDICE A - Os órgãos oficiais de turismo dos estados do Brasil	69

APÊNDICE B – Presidentes e diretores da Bahiaturisa de 1968- 2006	70
APÊNDICE C - Eventos realizados e a participação da Bahiaturisa	72
ANEXOS	76
ANEXO A - Lei nº. 6.812 de 18 de dezembro de 1995	76
ANEXO B – Lei nº. 10.549 de 28 de dezembro de 2006	83
ANEXO C - Lei nº. 2.563 de 28 de agosto de 1968	91
ANEXO D - Lei Delegada nº. 44 de 29 de março de 1983	94
ANEXO E - Organograma atual da Bahiaturisa	95

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade econômica que proporciona a geração de emprego, a arrecadação de impostos e outros benefícios que favorecem a economia local, no entanto, essa atividade necessita de planejamento turístico para que seus impactos positivos sejam potencializados e os negativos, minimizados. São responsáveis pela coordenação e promoção da área, as organizações nacionais de turismo nas esferas: federal, estadual e municipal, além das empresas turísticas que fazem parte da rede e sistema turístico. Assim, compete aos órgãos a elaboração de programas e projetos nos níveis internacional, nacional, regional e local integrados em um único plano de turismo, como exemplo, tem-se a Bahiatursa.

A partir desta breve consideração inicial, o presente trabalho busca responder ao seguinte problema: as ações desenvolvidas pela Bahiatursa entre 1968 e 2006 contribuíram para o incremento da atividade turística na Bahia?

O estudo proposto tem como objetivo analisar a participação da Bahiatursa na rede turística do Estado da Bahia, especificamente no período compreendido entre os anos de 1968 a 2006. Como objetivos específicos: a] construir conhecimentos sobre as políticas públicas para o turismo e a gestão da Bahiatursa; e b] identificar as ações da Bahiatursa que promoveram o desenvolvimento do turismo na Bahia.

Com estes objetivos, a partir de reflexões constituiu-se algumas questões norteadoras como: 1] a participação da Bahiatursa foi relevante para o turismo da Bahia no período de 1968 a 2006?; 2] como se deu a implementação das políticas públicas para o turismo na Bahia por meio da Bahiatursa?; e 3] quais foram as ações da Bahiatursa para o incremento do turismo da Bahia?

Trata-se aqui de uma pesquisa histórica que, conforme Lakatos e Marconi (2003, p.107) consiste “em investigar acontecimentos, processos e instituições [...] alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época”. O estudo foi iniciado no ano de 2009 com bolsa de Iniciação Científica (IC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), que deu apoio até 2011. Para efeitos de aprendizagem e construção de conhecimento, deu-se continuidade a esta em trabalho de conclusão de curso (TCC). A partir dos dados levantados, elaborou-se um estudo de caso simples, com abordagem descritiva e analítica, de caráter exploratório. A abordagem descritiva corresponde à “procura descobrir as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica [...], tanto do indivíduo tomado isoladamente como grupos e comunidade mais complexas” (CERVO;

BERVIAN, 1996, p.49). Em relação à exploratória, é um estudo preliminar do trabalho com objetivo de novas ideias, envolvendo o levantamento bibliográfico e documental.

A coleta de dados e informações foi realizada na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC), e na Biblioteca Linda Conde, da Bahiaturisa, em relatórios e jornais, o que pode causar equívoco nas datas apresentadas no estudo. Os jornais foram:

a] A Tarde, de 1968 a 2006, único jornal que dispõe das edições deste período, com posicionamentos a favor do governo;

b] Diário de Notícias, de 1968 a 1981, período em que os jornais estavam em condições de uso, no entanto, observa-se que as vezes tinha posicionamentos críticos;

c] Jornal da Bahia, 1968 a 1994, também tinha posicionamentos críticos, considerado de oposição; e

d] Diário Oficial do Estado da Bahia, apenas 1968, escolhido para complementar dados do ano de criação da Bahiaturisa.

O registro dos dados e informações foi realizado por iconográfico mediante a digitalização das notícias, organizadas de acordo com o jornal, ano e mês por meio de fichamento. Posteriormente, o levantamento realizado foi agrupado e analisado nos seguintes eixos temáticos: a] Planos, Programas e Projetos; b] Promoção do Destino Bahia; c] Infraestrutura: hotelaria e equipamentos para eventos; d] Formação e Qualificação Profissional; e] Fluxo Turístico e Receita.

O fato da Bahiaturisa ser o segundo órgão oficial de turismo do país, o primeiro do Estado do Nordeste e da Bahia, foi pioneira na organização do turismo. Por estes motivos, considera-se relevante refletir sobre a história e memória desta instituição, ressaltando que são escassos os estudos sobre esta temática. O período escolhido corresponde à criação do órgão, em 28 de agosto de 1968, e à fundação da Secretaria de Turismo, em 28 de dezembro de 2006.

Este estudo proporciona o conhecimento e informações sobre a história do turismo na Bahia e a Bahiaturisa pretende-se que colabore para uma reflexão crítica dos discentes, profissionais do setor e a sociedade, de modo que também se constitui um objeto de orientação, pois oferece aos interessados uma visão do turismo no estado.

O trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro corresponde à introdução e apresenta informações importantes da pesquisa, sobre o procedimento para realização do estudo e a sua relevância.

No segundo, são relatadas as políticas públicas de turismo apresentando inicialmente o papel e os conceitos de governo, estado e políticas públicas. A seguir, descreve-se o desenvolvimento das políticas públicas para o turismo no Brasil relacionando com o contexto histórico; depois rede turística com os principais autores que fazem uma abordagem sistemática do turismo; além disso, menciona as funções das organizações nacionais de turismo (ONT's) e cita algumas delas. São tomados como base os seguintes autores: Maluf (1981); Wahab(1991); Beni (1998); Silva (2000); Cruz, (2001); Mamede (2001); Andrade (2001); Barreto (2003); Badaró (2003); Dallari (2009);

O terceiro é dedicado ao turismo na Bahia, mostra os aspectos gerais da Bahia como: econômico, cultural, geográfico dentre outros; segue com a contextualização do desenvolvimento do turismo na Bahia; posteriormente aborda os indicadores do turismo contemporâneo, a partir da análise das fontes primárias de jornais, relatórios da Bahiatursa, *sites* governamentais e de livros de autores como Porto Filho (1976; 2006); Queiroz (2002); Conceição e Rocha (2009).

O quarto é referente à ação da Bahiatursa no turismo da Bahia, os resultados foram separados em tópicos tais como: histórico da Bahiatursa; o papel da Bahiatursa na gestão do turismo da Bahia mediante aos planos, programa e projetos; promoção do destino Bahia; infraestrutura: hotelaria e equipamentos para eventos; formação e qualificação profissional; e fluxo turístico e receita.

Ao final, apresentam-se algumas considerações sobre a pesquisa e argumentação sobre a contribuição da instituição ao turismo na Bahia.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E TURISMO

Neste capítulo aborda-se a atuação do Estado, governo e políticas públicas mediante alguns conceitos relevantes sobre estas questões, e com destaque para o desenvolvimento das políticas públicas para o turismo no Brasil. Em paralelo, relata-se rede e sistema turístico e as principais organizações nacionais de turismo. Esta discussão subsidiará a compreensão sobre a participação da Bahiatursa no turismo da Bahia.

2.1 ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste tópico, pretende-se compreender, sem esgotar a temática, o papel político, social e econômico do Estado. Para isso apresentam-se alguns conceitos como de Fleiner-Gerster (2006, p.33) em que o “Estado é, [...], uma ordem estabelecida pelos homens e dirigida a eles. Ele pressupõe a razão, a capacidade de comunicar-se por meio de uma língua e poder de tomar decisões”. E segundo Maluf (1981, p.17), “é uma organização destinada a manter, pela aplicação do Direito, as condições universais de ordem social [...]”. Na visão de Azambuja (1989, p.27) “[...], é a organização-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público, com governo próprio e o território determinado”. Ainda complementando, Martins (2006) afirma que o Estado é composto pelo: a] o povo, que é o componente humano ou pessoal; b] o território, é o elemento material, espacial ou físico do Estado; e, c] o governo, é a organização necessária para o exercício do poder político, ou seja, o Estado é “*uma ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território*”, segundo Dallari (2009, p.119, grifo do autor).

Deste modo, o Estado constitui-se na organização política da sociedade, correspondendo a ele, enquanto poder político, a finalidade de garantir os direitos - civil, político, econômico e, sobretudo o bem-estar dos cidadãos. Para Meirelles o poder do Estado está dividido em três funções:

Esses Poderes são imanentes e estruturais do Estado (diversamente dos *poderes administrativos*, que são incidentais e instrumentais da Administração), a cada um deles correspondendo uma *função que lhe é atribuída com precípuidade*. Assim, a função precípua do Poder legislativo é a elaboração da lei (função normativa); a função precípua do Poder Executivo é a conversão da lei em ato individual e concreto (função administrativa); a função precípua do Poder Judiciária é a aplicação coativa da lei aos litigantes (função judicial). [...]. (MEIRELLES, 1992, p.56, grifo do autor).

Neste sentido, os poderes executivo, judiciário e legislativo são dirigidos por um conjunto de órgãos ou governo, que impõe regras e tomam as decisões cabíveis. Assim, as atribuições do governo decorrem do seu poder político e do seu poder de intervir na economia. Meirelles aponta que:

Governo em sentido formal, é conjunto de Poderes e órgãos constitucionais; em sentido material, é o complexo de funções estatais básicas. Em sentido operacional, é a condução política dos negócios públicos. Na verdade, o governo ora se identifica com os Poderes e órgãos supremos do Estado, ora se apresenta nas funções originárias desses Poderes e órgãos como manifestação da Soberania. A constante, porém, do Governo é a sua expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente. O Governo atua mediante atos de Soberania ou, pelo menos, de autonomia política na condução dos negócios públicos. (MEIRELLES, 1992, p.60).

Entende-se que as atividades do governo são as ações do Estado e, a partir dessa relação, promove as políticas públicas em múltiplos setores. Procura-se também entender políticas públicas “como o ‘Estado em ação’ [...] é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. (HÖFLING, 2001, p.31 *apud* BARRETO, 2003, p.33). Dias (2003, p.121) afirma que as políticas públicas são “[...] um conjunto de ações exclusivas do Estado. [...] que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum”. Na concepção de Boneti:

[...] as políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ ou de investimento. (BONETI, 2007, p.21).

Essas ações de intervenção do Estado são definidas em áreas prioritárias, como economia, saúde, educação, dentre outros, que envolvem diferentes atores para participar da produção e efetivação das políticas públicas.

Percebe-se que as políticas públicas constituem a relação de forças sociais geradas a partir de interesses particulares de diferentes grupos. A partir dessas concepções, vale ressaltar que se faz necessário políticas públicas direcionadas ao turismo para que seu desenvolvimento ocorra de forma harmoniosa em uma determinada região, já que envolve interesses econômicos, sociais, culturais e ambientais. No Brasil, a atividade turística é

regulamentada a partir do momento que o governo a reconhece como fator de desenvolvimento econômico para o país; isto só aconteceu em 1966.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO BRASIL

O turismo se constitui como um dos principais fenômenos da contemporaneidade e abrange várias áreas, além de possuir importância tanto nas questões sociais quanto econômicas, como explica Muricy:

O caráter multifacetado do turismo[...] à elaboração de muitas definições, [...] depender da área de conhecimento de seu formulador – enfatizam dimensões sociológicas, econômicas, antropológicas, geográfica, ou mesmo os aspectos técnicos e operacionais relacionados aos deslocamentos [...].(MURICY, 2009, p.30).

De acordo com definições mais amplas, como a de Beni (1998, p.20), “o turismo, [...], como resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, tem campo de estudo superabrangente, complexíssimo e pluricausal”. Segundo Badaró (2003, p.23) [...] “é representado por todo um conjunto, [...], pois, para uma pessoa viajar, existe planejamento de recepção e prestação de serviços, de providencia de vias de acesso, saneamento básico, alojamento, alimentação e recreação”. Na compreensão de Goeldner, Ritchie e McIntosh (2000 *apud* Ignarra, 2003, p.13) o turismo abrange “[...] a soma dos fenômenos e relações que surgem da interação de turistas, empresas prestadoras de serviços, governos e comunidades receptoras no processo de atrair e alojar estes visitantes”. E, como definição técnica, o turismo é entendido como “o conjunto de serviços que tem por objetivo planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais”. (ANDRADE, 2001, p.38).

Diante desta complexidade, faz-se necessário o planejamento e a organização da atividade turística por meio de políticas públicas através da ação do Estado e com a participação da sociedade civil organizada. A respeito das políticas públicas para o turismo, Cruz (2001, p.40) afirma que é o “conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística [...]”. Para Carvalho (2000, p.99) as políticas públicas em turismo representam o “conjunto das decisões e ações

relativas à alocação imperativa de valores que se encontram consubstanciadas, amparadas legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos (federal, estadual ou municipal) referentes ao turismo”.

No Brasil, as formulações das políticas públicas para o turismo, de acordo com Cruz (2001), podem ser divididas em três períodos: a primeira fase corresponde ao jurídico-institucional, baseado apenas na regulamentação das agências de viagens, de 1938 até 1966; a segunda etapa se inicia com a criação da antiga Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), atual Instituto Brasileiro de Turismo por meio do Decreto-Lei nº 55/66, que estabelece pela primeira vez uma política nacional de turismo no país, além de instituir os órgãos oficiais de turismo com a finalidade de executar suas ações, e cujo período vai até 1991; a última fase começa com reestruturação da Embratur até o momento atual, conforme Quadro 1, a seguir:

Quadro 01- Cronologia das Políticas Públicas para o Turismo no Brasil.

ANO	Nº DA DISPOSIÇÃO	DESCRIÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO
1938	Decreto-lei nº 406	Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.
1939	Decreto-Lei nº 1.915	Institui o primeiro organismo oficial de turismo, denominado Divisão do Turismo vinculado ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).
1940	Decreto-Lei nº 2.440	Estabelece o registro para o funcionamento e a autorização para a realização de viagens coletivas e excursões para as agências de viagens e turismo.
1958	Decreto-Lei nº 44.863	Dispõe da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) atribuindo-lhe a função de planejamento do turismo em nível nacional.
1962	Decreto nº 572	Extinção da COMBRATUR.
1966	Decreto-Lei nº 55	Sistema Nacional de Turismo aponta as diretrizes para a política nacional de turismo, sendo criada a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo (CNTur).
1971	Decreto-Lei nº 1.191	Aborda sobre o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), gerido pela EMBRATUR e destinado a prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades consideradas de interesse para o desenvolvimento do
1973	Decreto-lei nº 71.791	Dispõe sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo.
1974	Decreto-Lei nº 1.376	O Fundo de Investimento Setorial (FISSET), tendo suas contas operadas pelo Banco do Brasil, e utilizado sob a supervisão da EMBRATUR para ações em áreas específicas do setor turístico.
1977	Lei nº 6.505	Estabelece as condições para o funcionamento e fiscalização das atividades e serviços turísticos.
	Lei nº 6.513	Refere-se aos compromissos gerados na Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO (1972), dispõe sobre as áreas especiais e locais de interesse turístico, bem como os bens de valor cultural e natural.
1980	Decretos-Lei nº 84.910	Regulamenta os meios de hospedagem, restaurantes e acampamento turísticos.
	Decretos-Lei nº 84.934	Aborda sobre o registro, as atividades, os serviços e o funcionamento das agências de viagens.

1982	Decreto-Lei nº 87.348	O governo disciplinou a prestação de serviços de transporte turístico de superfície.
1984	Decreto-Lei nº 89.707	Refere-se as empresas prestadoras de serviços para a organização de congressos, seminários, convenções e eventos congêneres.
1986	Decreto-Lei nº 2.294	Baseado nos princípios da livre-iniciativa e da livre-concorrência, torna-se livre o exercício e a exploração da atividade e serviços turístico no Brasil.
1988	Constituição Federal	Em seu art. 180, prever a União, os Estados e municípios tinham em promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.
1991	Lei nº 8.181	Nova denominação à Embratur, atual Instituto Brasileiro de Turismo, transformada em autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República.
1992	Decreto-Lei nº 448	Regulamenta dispositivos da Lei 8.181/91 e dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, sob coordenação e execução da EMBRATUR.
1993	Lei 8.623	Dispõe da profissão de Guia de Turismo e a regulamentação da mesma com o Decreto-Lei nº 946. Além disso, classifica o profissional como guia regional, de excursão nacional e internacional, e especializado em atrativo Turístico.
2003	Lei nº 10.683	Cria o Ministério do Turismo (Mtur), que incorporou a Embratur, e criou uma nova organização administrativa do turismo em nível nacional: EMBRATUR (promoção e marketing do produto turístico brasileiro), Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (planejamento e articulação) e Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Turismo (implantação de infra-estrutura turística). Também com essa lei foi criado o Conselho Nacional de Turismo.
2004	Decreto-Lei nº 4.898	Transfere competências da EMBRATUR para o Ministério, enquanto o Decreto-lei nº 5.203 dispõe sobre a estrutura regimental do Ministério.
2005	Decreto-Lei nº 5.406	Regulamenta o cadastro obrigatório para fins de fiscalização das empresas prestadoras de serviços turísticos no país.
2007	Lei nº 11.637	Estabelece o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.
2008	Lei nº 11.771	Dispõe da Lei Geral de Turismo, que define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor do turismo. Revogadas as Leis nº 6.505/77 e o DL nº 2.294/86 e dispositivos da Lei nº 8.181/91.
2009	Lei nº 11.904	Estatuto de Museus
	Lei nº 11.906	Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)

Fonte: Adaptado de Dias (2003), Ferraz (2001), Cruz (2001), Mamede (2001), Badaró (2003; 2008).

Percebe-se que as políticas públicas para o turismo que antecederam o Decreto-Lei nº 55/1966 não foram claramente explicitadas, além de serem reduzidas a aspectos parciais da atividade, dando prioridade apenas para as agências de viagens, como o turismo se resumisse somente a isso.

A ditadura militar, entre 1964 e 1985, consistiu em um período severo no Brasil, sobretudo para a atividade turística, pois era um regime antidemocrático, fundamentado na tortura, na censura dos meios de comunicações, e os cidadãos não tinham garantidos os seus direitos constitucionais, além de sofrerem perseguição política.

Após esse período de autoritarismo, o país passa a ter uma autonomia política, criando uma nova constituição (1988). Durante o governo de José Sarney (1985-1990), devido às crises financeiras enfrentadas, foi organizado um plano econômico denominado

Plano Cruzado com a finalidade de reduzir a inflação, o que não obteve êxito. (HISTÓRIA, 1998). No turismo, a legislação favoreceu o livre exercício da atividade, principalmente para as empresas turísticas dando liberdade ao mercado e incentivo à atividade como fator de desenvolvimento social e econômico. No entanto, a crise também afetou o setor, causando impactos significativos no fluxo turístico do Brasil. Dentre os fatores que levou a esse declínio, estão a crise do petróleo, a inflação e o aumento das passagens aéreas.

Outro acontecimento na legislação do turismo que merece destaque foi a implementação da Política Nacional de Turismo, instituída durante o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998):

A valorização da atividade turística no Brasil, a partir da década de 1990, resulta de diversos fatores conjugados, como o crescente significado econômico, a potencialidade do setor serviços no mundo, e inserido neste, o turismo; a chamada potencialidade natural turística do país; a disponibilização de capitais estrangeiros para financiamento de projetos e os posicionamento público e privado favoráveis ao desenvolvimento da atividade. [...]. (CRUZ, 2001, p.10).

O turismo no Brasil passa a ser visto especificamente como um setor econômico. O desenvolvimento deu-se principalmente pelo apoio do capital estrangeiro juntamente com o público; sem esse recurso talvez não tivesse sido possível a expansão desta atividade. Outro aspecto, afirma-se que a conjuntura econômica brasileira, com a implantação do Plano Real, e, mais especificamente, a partir dos anos 2000, contribuiu para o desenvolvimento da atividade turística. (CONCEIÇÃO; ROCHA). De acordo com os autores:

A tendência verificada nas instituições governamentais relacionadas é de crescimento do fluxo de turistas nacionais e estrangeiros, repercutindo em aumento dos gastos *per capita* e contratação de pessoal. Esses aspectos colocam o Turismo entre os principais segmentos econômicos do país e, sua importância aumenta diretamente com a ampliação da capacidade de absorção de mão-de-obra pela atividade, contribuindo à redução dos níveis de desemprego do país. (CONCEIÇÃO; ROCHA, 2009, p.15-16).

Novamente, o Brasil atravessa por mais uma crise em 2002. Registram-se declínios no fluxo de turista no país, por causa da crise econômica da Argentina, responsável pela maior participação entre os emissores de turistas para o Brasil de 33%, em 2000. Entre 2003 e 2005, houve um retorno dos turistas estrangeiros, inclusive dos argentinos, devido as opções de voos de outros países para as capitais brasileiras e a desenvolvimento da malha aérea regional. (CONCEIÇÃO; ROCHA, 2009). Neste contexto, entre os “doze principais segmentos econômicos do país, o turismo aparece em quinto lugar, gerando uma balança

comercial (resultado líquido do segmento) de aproximadamente US\$ 4,6 bilhões em 2006.” (CONCEIÇÃO; ROCHA, 2009, p.17).

Nota-se que várias leis e decretos foram criados para regulamentar o turismo no Brasil. Neste sentido, pode se considerar que os fatores que levam o governo a executar as políticas públicas no turismo são diversos, envolvem os aspectos sociais, culturais e ambientais, devido aos interesses que existem em qualquer região e, por isso, deve haver a intervenção do Estado. Em relação ao econômico, essa preocupação também interfere nas decisões políticas com as finalidades de aumentar a taxa de emprego, divisas, diversificação econômica, além do desenvolvimento regional. (LICKORISH, 2000). Entretanto, o retorno econômico não é para todos, a população nem sempre se beneficia, não há equidade, a maioria dos empregos oferecidos exige qualificação de mão-de-obra.

A organização da atividade também está relacionada aos órgãos estatais que cuidam do turismo no país. No entanto, existe um problema antigo na administração pública, a descontinuidade das políticas quando um novo governo assume a gestão.

Diante do exposto sobre o papel do estado e das políticas públicas, entende-se que este isoladamente não atingiria todas as demandas do setor turístico, cabendo aí, a participação da iniciativa privada e de outras entidades que fazem parte da rede e do sistema turístico.

2.3 REDE E SISTEMA TURÍSTICO

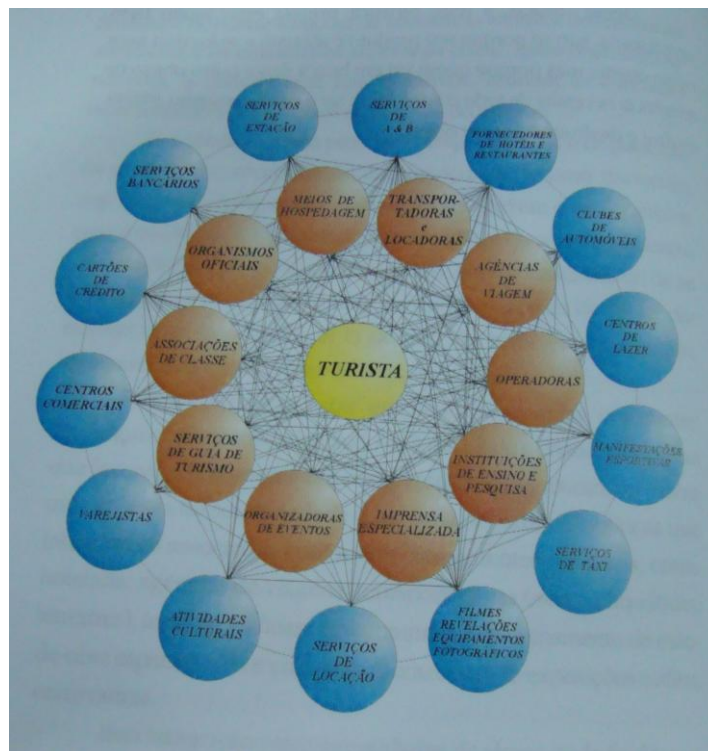
Entende-se que uma rede, de acordo com Hall (2004, p.232), “[...] refere-se uma série de comportamentos cooperativos entre organizações de outra forma concorrentes e entre organizações ligadas por transações e relacionamentos econômicos e sociais”. Para este autor, a rede pode ser formada por empresas com caráter associativo e com ações interdependentes, mas com interesse econômico ou social. Na concepção apresentada pela autora:

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmo códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). (CASTELLS, 2000, p.498 *apud* GARRIDO, 2002, p.98).

Assim, a rede pode ser conceituada como a composição de entidades, ou pessoas, objetos, programas, integrados uns aos outros. Aplicando o conceito de rede ao setor turístico,

este consiste numa diversidade de agentes que se integram na organização do turismo, ocasionando uma rede com o objetivo de prestar serviços ao turista. Conforme Silva (2000, p.51, grifo da autora) rede turística é “uma ‘teia’ de múltiplas ligações interdependentes, na qual os atores estão interligados com a finalidade de oferecer serviços ao turista e este se apresenta como a mola propulsora do sistema”. A Figura 1, a seguir, apresenta a rede turística:

Figura 1 - Rede Turística.



Fonte: Silva, 2000, p.54.

Observa-se que, a rede turística envolve o *trade* turístico, as organizações nacionais de turismo e outras entidades que diretamente ou indiretamente contribuem para o funcionamento da atividade numa localidade.

A rede também pode fazer parte de um sistema, e de acordo com Silva (2000, p.22) “[...], conclui-se que uma rede pode ser ou estar num sistema. No entanto, caso se pense uma rede como um sistema, ela é mais aberta. Isso porque ela tanto muda de conotação, quando de extensão e, eventualmente, até é mais visível, ou perceptível”. Refere-se à rede aberta quando há interação com o ambiente e outros sistemas.

Beni (1998, p.25) afirma que o sistema é um unido de partes que interagem “de modo a atingir determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção

de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo”. Na opinião de Hall (2004, p.69) o sistema funciona [...] “como um todo integrado cujas propriedades essenciais surgem dos relacionamentos entre as partes constituintes”. Para este autor é importante a análise de sistemas:

[...] porque simples relacionamentos lineares e cadeias casuais, [...] não podem descrever ou explicar adequadamente muitas das coisas complexas situações encontradas em qualquer das ciências físicas ou sociais. Em vez disso, defrontamos-nos muitas vezes com o problema de tentar explicar as múltiplas e complexas interações que ocorrem na vida diária. (HALL, 2004, p.71).

Nesta conjuntura, surge a teoria geral dos sistemas, que tem como um dos principais criadores o biólogo Ludwing Von Bertalanffy (1901-1972). Sistema se refere a qualquer unidade em que “[...] “o todo é mais do que a soma das partes”, mas tem uma clara significação operacional. “Procedimento analítico” significa que uma entidade pode ser estudada resolvendo-se em partes e por conseguinte pode ser constituída ou reconstituída pela reunião destas partes”. (BERTALANFFY, 1973, p.37, grifo do autor). Assim, um sistema considera-se um todo integrado cujas propriedades das partes sistêmicas são extintas quando o sistema é separado. Para se considerar um sistema, são necessários oito elementos básicos, tais como:

[...], meio ambiente (local em que o sistema se encontra); unidades (as partes do sistema); relações (entre as unidades do sistema); atributos (qualidade das unidades e do próprio sistema); *input* (o que entra no sistema); *output* (o que sai do sistema); *feedback* (o controle do sistema para mantê-lo funcionando corretamente); modelo (um desenho do sistema para facilitar a sua compreensão); (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p.26-27, grifo do autor).

O enfoque da teoria geral dos sistemas aplicado ao turismo é amplamente estudado pela abordagem sistemática de vários autores, cada um com seus modelos de sistema turístico, tais como: Raymundo Cuervo (1967); Neil Leiper (1979); Jost Krippendorf (1984); Roberto Boullón (1985); Jafar Jafari (1995); John Tribe (1997); Mário Carlos Beni (1998).

O primeiro a aplicar a teoria geral de sistemas ao turismo foi Raymundo Cuevo (1967). Para esse autor, o turismo constituiria em um amplo conjunto, composto por subconjuntos e em cada um desses subconjuntos seria dividido em outros subconjuntos, assim sucessivamente. (CUEVO, 1967 *apud* PANOSSO NETTO, 2005).

O modelo de sistema turístico elaborado por Neil Leiper (1979) é composto por cinco elementos, tais como: a origem ou o ambiente usual de convivência dos viajantes; uma região de trânsito que interliga a origem aos destinos; a região de destino turístico; o turista; e a indústria de turismo e viagens. Assim, todos os elementos mencionados possuem uma inter-

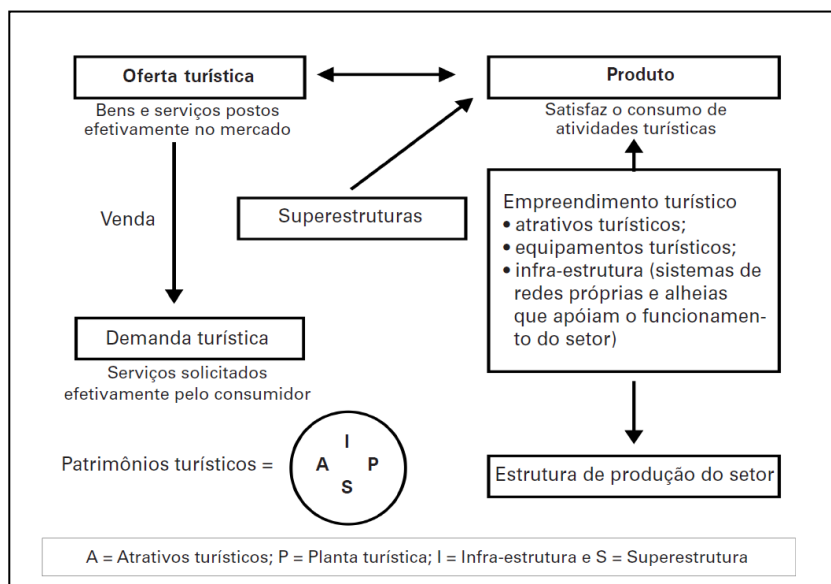
relação onde são influenciados pelos fatores externos. Como aponta Leiper, “cada um dos elementos interage com o sistema não apenas para contribuir com a existência do produto turístico, mas também é impactado pelo mesmo [...]”. (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p.33).

O sistema turístico de Jost Krippendorf (1984), denominado Modelo Existencial na Sociedade Industrial, é baseado no trabalho, moradia, lazer e viagem, isto é, nas questões do dia-a-dia. O modelo inicia-se com o homem no seu cotidiano (trabalho e moradia) e em seguida com o lazer por meio das viagens que proporciona experiências para os viajantes, que por sua vez, constitui no anticotidiano. (KRIPPENDORF, 2001). O autor apresenta os quatro elementos que fazem parte da sua teoria:

A sociedade e sua escala de valores (subsistema sociocultural), a economia e a sua estrutura (subsistema econômico), o ambiente e seus recursos (subsistema ecológico), assim como o Estado e sua política (subsistema político). A reunião desses sistemas parciais constitui, de forma, o ambiente no qual se desenrola a nossa vida. A reunião desses sistemas parciais constitui, de certa forma, o ambiente no qual se desenrola a nossa vida. (KRIPPENDORF, 2001, p.27).

Roberto C. Boullón (1985) propôs a teoria do espaço turístico, isto é, [...] “apresenta como influente metodologia da espacialidade e regionalização do turismo, é utilizada em vários destinos da América Latina”. (PANOSSO NETTO, 2005, p.67). Na concepção dele, o turismo é analisado pela: oferta-demanda; antropológico social; e turismo industrial, como demonstra a Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Classificação das Atividades Produtivas de Boullón



Fonte: Panosso Netto, 2005, p.67.

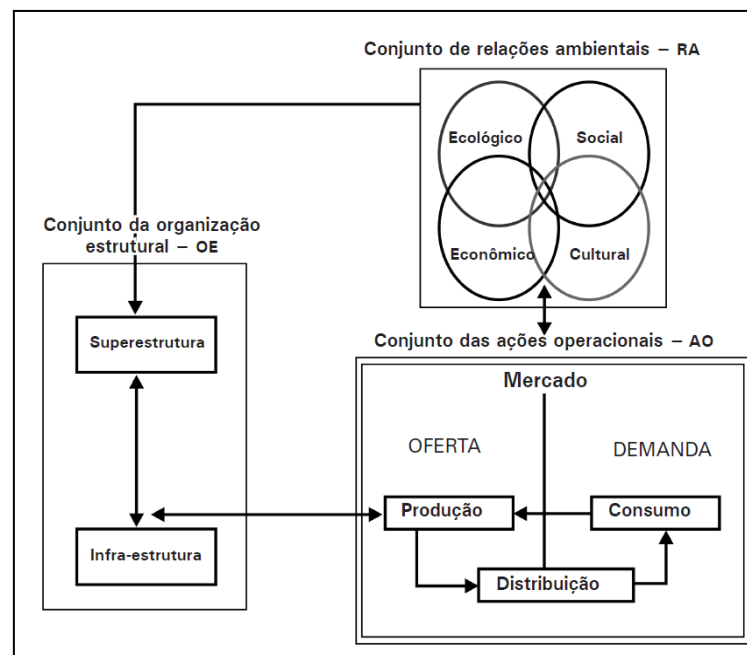
O funcionamento do sistema de Boullón, inicia-se com a oferta e a demanda pelo produto turístico que, juntamente com a infraestrutura, vai acarretar na produção. Observa-se que, no centro, encontra-se a superestrutura, que possui função de controlar e fiscalizar, ocasionando a inter-relação entre os elementos do sistema. (PANOSSO NETTO, 2005).

Jafar Jafari (1995) apresentou um modelo estrutural do turismo que propõe uma abordagem holística da atividade. Para ele, “a compreensão das viagens deve conciliar o turista (a pessoa central da viagem); o estado de espírito de turista (*touristhood*) e o aparato turístico (empresas que correspondem às necessidades dos turistas)”. (PANOSSO NETTO, 2005, p.82, grifo nosso).

John Tribe (1997) estabeleceu o modelo interdisciplinar para o turismo dividido em dois campos. O campo do turismo I – TF1 envolve os aspectos comerciais do turismo, isto é, regulamentação, gestão e o *marketing* turístico. Já o campo do turismo II – FT2 consiste no estudo dos aspectos não comerciais do turismo e referem-se aos impactos ambientais e sociais, percepções turísticas, dentre outros. (PANOSSO NETTO, 2005).

Outro sistema que merece destaque, é o de Mário Carlos Beni (1998) que elaborou um sistema de turismo (SISTUR) que se constitui na classe de sistema aberto “que, conforme definido na estrutura dos sistemas, permite a identificação de suas características básicas, que se tornam os elementos do sistema”. (BENI, 1998, p.43). A Figura 3, a seguir, apresenta o modelo desenvolvido pelo autor:

Figura 3 – Modelo do Sistur de Beni.



Fonte: Beni, 1998, p.48.

Assim, o SISTUR é composto por três conjuntos, sendo que cada um possui os seus componentes básicos e funções:

a] conjunto das relações ambientais – este conjunto expõe os quatro subsistemas, demonstra a relevância e influência dos subsistemas cultural, social, ecológico e econômico para o desenvolvimento do turismo.

b] conjunto da organização estrutural – constitui-se dos subsistemas da superestrutura (formada pelas organizações públicas e privadas de turismo) e infraestrutura (sistema viário e de transporte; tratamento de esgoto; abastecimento de água; coleta de lixo; comunicação; serviços e equipamento para o turismo).

c] conjunto das ações operacionais – composto pelos subsistemas de oferta, mercado, demanda, produção, distribuição e consumo.

Nota-se que, os sistemas turísticos apresentados pelos autores são organizados conforme a área de formação. Existem outros pesquisadores que também utilizam a teoria geral de sistema, no entanto, não cabe mencionar todos, pois os autores citados já permitem uma concepção do assunto abordado neste tópico.

Dando sequência a tudo que foi exposto até o momento, busca-se relatar a seguir as organizações nacionais de turismo (ONT's) que fazem parte do sistema turístico. Serão apresentadas as principais ONT's que possuem um papel relevante para o desenvolvimento da atividade, tanto no Brasil quanto no exterior.

2.3.1 Organizações nacionais de turismo (ONT's)

O turismo envolve organizações internacionais, nacionais, regionais ou locais tanto públicas quanto privadas que são responsáveis “pela representação dos interesses turísticos, promoção e levantamento de dados sobre turismo”. (WAHAB, 1991, p.175). Portanto, é relevante a existência de entidades que coordenam os interesses públicos e privados, além de representar o *trade* turístico.

Wahab (1991, p.175) enfatiza que, dentre as funções dessas organizações nacionais de turismo (ONT's) está a de “coordenar os setores públicos e/ou privados relacionados com o turismo, controlar os múltiplos aspectos dos serviços de turismo, planejar e executar uma política de promoções de turismo e por fim realizar se possível, um controle do nível dos preços”.

No que se referente aos órgãos oficiais de turismo no âmbito federal, estadual e municipal, compete a eles a articulação entre os atores que compõe sua rede institucional ou organizacional. Andrade (2001, p.205) afirma que órgãos oficiais de turismo “[...] irão interagir com os organismos nacionais e internacionais, além das empresas turísticas em todo o mundo”. Assim, cabe a estes órgãos a elaboração de programas e projetos nos níveis internacional, nacional, regional e local, integrados em um único plano de turismo.

Para Beni (1998, p.100) a função específica dos “órgãos institucionais públicos de Turismo deverá ser a determinação de prioridade, a criação de normas e a administração de recursos e estímulos. O governo dará as diretrizes e proverá as facilidades”. Deste modo, cabe a eles regulamentar, organizar, controlar, planejar e promover a atividade turística no país.

Por existirem inúmeras organizações nacionais de turismo, consideram-se apenas as mais importantes nesta pesquisa, neste caso, pretende-se somente apresentar a Organização Mundial de Turismo (OMT); o Ministério do Turismo (Mtur); o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); e a Empresa de Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa).

A OMT é um órgão intergovernamental sendo a principal organização internacional do turismo, responsável pelas políticas essenciais para a atividade. A Organização das Nações Unidas (ONU) “confiou a promoção e o desenvolvimento do turismo. Por meio da atividade turística, a OMT busca estimular o crescimento econômico e a oferta de empregos, encorajar a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural [...]”. (BADARÓ, 2003, p.102).

Foi fundada em 1925, como União Internacional das Organizações Oficiais de Publicidade Turística, na Holanda. Após a Segunda Guerra Mundial, denominada como *International Union of Travel Organizations*, ou União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO). Em 1975, foi nomeada de *World Tourism Organization* (WTO), em português, Organização Mundial do Turismo (OMT), com sede em Madri.

O Mtur é o órgão superior do turismo brasileiro, criado em 2003, com modelo de gestão descentralizado. Tem o objetivo de conduzir as políticas públicas e desenvolver o turismo de forma sustentável através da geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. Além disso, possui a função de elaborar o Plano Nacional de Turismo com a finalidade de destinar recursos e diretrizes. A estrutura organizacional do Mtur é composta pela: Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, que possui a função de executar a política nacional para a atividade; Conselho Nacional do Turismo, responsável pela promoção interna e pela qualidade da prestação do serviço turístico; e Secretaria Nacional de Programas de

Desenvolvimento do Turismo, que desempenha a formulação dos planos, programas e ações destinados ao fortalecimento do turismo nacional. (BRASIL, 2012a).

No âmbito federal, Embratur é a autarquia especial do Mtur, instituída em 18 de novembro de 1966 como Empresa Brasileira de Turismo. Com a criação do Mtur sua atribuição foi direcionada exclusivamente para a promoção internacional e concentra-se na promoção, no *marketing* e no apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior. Possui a finalidade de geração do desenvolvimento social e econômico para o país, por meio da ampliação do fluxo turístico internacional dos estados turísticos. Para tanto, tem o ‘Plano Aquarela – *Marketing* Turístico Internacional do Brasil’ como orientador de seus programas de ação. (BRASIL, 2012b)

Em se tratando da esfera estadual, a Bahiatursa foi criada em 1968, uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Atualmente, em 2012, é responsável pela divulgação e promoção turística da Bahia, nacionalmente e internacionalmente, além disso, também é responsável pela administração das estruturas e serviços de receptivo no Estado, tais como: o Centro de Convenções da Bahia em Salvador, Ilhéus e Porto Seguro; os postos de informações turísticas – Serviço de Atendimento ao Turista (SAT) do Pelourinho, Aeroporto e Rodoviária. (BAHIATURSA, 2012).

Assim, os órgãos oficiais de turismo estaduais (Apêndice A), representam as atividades do turismo em categorias, tais como: empresas estaduais ou municipais; departamentos ou superintendências; diretorias; secretarias. Algumas entidades possuem caráter centralizado, isto é, consistem em uma estrutura administrativa que ocupam diferentes posições e hierarquias na estrutura organizacional, como as secretarias; enquanto outras são descentralizadas, criadas pelo Estado por meio de lei, possuem autonomia administrativa, apesar do vínculo de subordinação a um ministério ou secretaria de Estado, como as agências, as empresas, as companhias, entre outras.

No próximo capítulo será contextualizado o turismo no estado da Bahia e apresentam-se alguns aspectos gerais.

3 TURISMO NA BAHIA

Este capítulo objetiva analisar o turismo na Bahia e uma breve apresentação dos aspectos gerais do estado sendo importante este tópico para demonstrar onde a Bahiatursa está localizada. Procurou-se ainda discutir os indicadores turísticos de 2011 com a finalidade somente situar a posição atual do estado no turismo.

3.1 ASPECTOS GERAIS DA BAHIA

A Bahia traz, na sua história, o marco da chegada dos portugueses no Brasil. Porto Seguro foi o primeiro local do continente avistado pelas caravelas portuguesas, e cada monumento representa uma parte da história do surgimento do país. (BAHIA, 1991). Neste sentido, o Estado da Bahia integra o sistema federativo brasileiro nos limites da sua autonomia política, administrativa e financeira. Além disso, a sua organização institucional consiste em poderes executivo, legislativo e judiciário, cada um deles independentes. Em relação aos 417 municípios, alguns possuem apenas os poderes executivo e legislativo, cujas estruturas de acordo com as Leis Orgânicas (BAHIA, 2012a; IBGE, 2010).

O estado ocupa uma área aproximadamente de 564km². Possui a mais extensa faixa litorânea do Brasil, ocupada por uma biodiversidade de ecossistemas, totalizando 1.183 km², além do seu clima ser tropical e semiárido. É o mais populoso estado da região do nordeste, de acordo com o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), com 14.016.906 habitantes. Dentre as cidades mais populosas estão: Salvador (capital); Feira de Santana; Vitória da Conquista; Camaçari; Itabuna; Juazeiro; Ilhéus. A Figura 4, a seguir, apresenta o mapa da Bahia:

Referente ao setor terciário é o “segmento da economia que mais tem crescido nas últimas décadas. Responsável por quase 62,4% do produto interno bruto baiano em 2010, é o setor que mais contrata trabalhadores e agrega o maior número de empresas”. (SEI, 2010 *apud* BAHIA, 2011, p.71). Ainda se tratando deste setor, inclui-se comércio e serviços, além do turismo que será descrito a seguir, segundo o desenvolvimento no estado.

3.2 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA BAHIA

Com o seu patrimônio histórico, cultural e natural, a Bahia constitui-se atualmente, em 2012, em um dos principais polos turísticos do Brasil. No entanto, o início da atividade turística deu-se de forma desorganizada e sem nenhuma infraestrutura básica para atender às necessidades dos turistas. Assim, percebe-se que, ao longo dos anos, o turismo foi se desenvolvendo com a interferência do governo e da iniciativa privada.

A Bahia foi o primeiro destino turístico no Brasil, precisamente a Baía de Todos os Santos quando “em 1553, 40 pessoas compuseram a comitiva de Thomé de Souza que visitou a Ilha em viagem de passeio. O veraneio em Itaparica, tradicional estância hidromineral da Bahia, nasceu junto com a fama produzida pelos milagres da água da Fonte da Bica.” (PIMENTEL, 1942 *apud* BAHIATURSA, 1998, p.21).

Outro fato importante foi em 1808, quando a corte portuguesa vinda de Lisboa permaneceu em “Salvador por 34 dias sendo o primeiro grupo de turistas, depois foram para o Rio de Janeiro. O príncipe-regente D. João VI, declarou abertos todos os portos do Brasil, às nações amigas, terminado o privilégio do comércio com Portugal.” (PORTO FILHO, 2006, p.31). Deste modo, com a abertura dos portos, a Bahia foi pioneira em receber visitantes que chegavam dos navios em trânsito para passeios pelas ruas de Salvador. (PORTO FILHO, 2006).

Além disso, mesmo em tempos remotos, as visitas não se resumiam apenas à capital do estado. No sertão da Bahia era de costume se banhar nas estâncias terminais, tanto que, em “[...] 1831, através da Lei Providencial nº186, o governo autorizou a construção, no lugar denominado Mãe d’Água de Cipó, de uma casa para abrigar os doentes que procuravam àquela fonte como lenitivo para seus males”. (PORTO FILHO, 2006, p.33). Neste sentido, as pessoas eram motivadas pela terapia das águas de balneários e hidrominerais para passar as férias, sendo a principal “motivação pelos fluxos turísticos registrados no Estado. Além de Itaparica, havia outros destinos como Olivença, em Ilhéus, Caldas de Cipó e Caldas do Jorro de Tucano”, (BAHIATURSA, 1998, p.22).

Algumas entidades do setor privado também contribuíram para a divulgação e desenvolvimento do turismo no Estado da Bahia. Pode-se citar a Agência Conde que funciona até o momento atual, fundada em 1838, em Cachoeira, e que no início da sua atividade era uma panificadora. Posteriormente, o dono Manoel Conde ingressou no ramo de navegação marítima agenciando o Lloyd Real Holandês e, em 1877, passou a denominar Conde, Filho & Cia, com sede em Salvador; a partir daí, começou a atuar no turismo. A Conde organizou um receptivo por meio dos *tours* nos pontos turísticos de Salvador em ônibus alugados das “empresas de transporte coletivo urbano da capital ou em ‘carros alugados’, como eram chamados os táxis. Como não havia guias de turismo profissionais, os serviços eram prestados por estudantes dos cursos superiores que dominavam os idiomas inglês ou francês”. (PORTO FILHO, 2006, p.109).

Além disso, a Conde também atuou no transporte aéreo na década de 1930, inicialmente como representante comercial (venda de passagens) da Nyrba que, no mesmo ano se transformou na Panair do Brasil, subsidiária da Pan American Airways, também representada na Bahia pela Conde, Filho & Cia., e prestou serviços aos americanos na fase de construção das bases aéreas em Salvador, Caravelas e Barreiras. Em 1965, por causa da legislação federal foi necessário desmembrar a Sociedade Anônima Conde. Surgiram a Conde Marítima e Comercial Ltda e a Agência Conde de Viagem e Turismo Ltda. (PORTO FILHO, 2006).

Outra organização importante foi a Sociedade Brasileira de Turismo, fundada em 9 de novembro de 1923, no Rio de Janeiro sendo a pioneira no turismo nacional. Em 1926, passou a ser denominada Touring Club do Brasil e, no mesmo ano associou à Allianza Internacionale de Tourisme, com sede em Genebra na Suíça. Foi responsável pelos primeiros guias turísticos e mapas rodoviários do Brasil. (PORTO FILHO, 1976).

Em 1934, o Touring chegou à Bahia, instalando uma seção em Salvador e passando “a prestar uma série de atendimentos e assistência técnica aos proprietários de automóveis, além de serviços de utilidade pública, tais como a sinalização de estradas e logradouros de Salvador, produzindo setas indicativas de ruas e pontos turísticos”. (PORTO FILHO, 2006, p.107).

A primeira regulamentação referente ao turismo da Bahia surgiu no âmbito municipal por meio do Decreto nº 641 de 8 de abril de 1947, na prefeitura de Helenauro Soares Sampaio (COVELLO, 1982). Entretanto, o turismo na cidade era incipiente, com pouquíssimos equipamentos hoteleiros e serviços turísticos. Assim, “a atividade turística

permaneceu estagnada, sem organização ou qualquer representatividade econômica”. (BAHIATURSA, 1998, p. 23).

Em relação à economia da Bahia, até meados dos anos 1950, era quase que exclusivamente agrícola, baseada no cacau e outras culturas de exportação. E esse processo será “capitaneando pela industrialização, que se inicia com implantação da Refinaria Landulfo Alves (RLM), no município de São Francisco do Conde, em Mataripe, no mesmo período, nas seguintes décadas, ocorreu um intenso processo de crescimento e transformações estruturais”. (BAHIA, 1991, p.15).

No mesmo período, houve avanços significativos no setor. Foi fundada a Diretoria de Turismo e o Conselho do Turismo, no âmbito municipal. Entretanto, a exploração turística restringia-se apenas à organização das festas populares da cidade. Posteriormente, foram surgindo leis direcionadas para o turismo estadual e municipal, conforme o trecho:

[...]Em 51 surgiram duas iniciativas visando o incremento do turismo: leis municipais, criaram a Diretoria do Arquivo Público Municipal, uma sessão de divulgação do turismo, e o Código Tributário de Salvador, que previa o pagamento de uma taxa pelos que saíam e chegavam à cidade. Em setembro de 1953 surgiu a Diretoria Municipal de Turismo e Conselho Municipal de Turismo, que geraram mais tarde a Superintendência de Turismo de Salvador, a Sutursa, criada em 10 de julho de 1964. De caráter municipal a Sutursa restringia sua ação a Salvador numa época em que o turismo crescia a nível estadual. O crescimento despertou o interesse do governo estadual que através da Comissão de Planejamento Econômica – CPE – estudou a questão. Em 66 foi criado o Departamento de Turismo do Estado que passou a cuidar também das estâncias hidromineral do ponto de vista turístico, mesma época em que o governo federal criava a Empresa Brasileira de Turismo – Embratur. (MARTINS..., 1983, p.3).

Observa-se, a criação de entidades para a implementação de políticas públicas em turismo. No entanto, as ações realizadas para o desenvolvimento da atividade turística para a cidade “não era considerada prioritária pela administração pública estadual [...]”. (QUEIROZ, 2002, p.334).

Em 1960, o governo do Estado da Bahia reestruturou a sua administração para adequar as novas prioridades e orientar a atividade turística. Assim, instituiu um organismo para o planejamento estadual, dando prioridade ao Recôncavo Baiano:

[...], podem-se citar as novas diretrizes propostas pela Reforma Administrativa do Estado, de 1966, quando foi criada a Fundação de Planejamento que veio substituir a antiga Fundação Comissão de Planejamento Econômico (CPE), enfocando o planejamento estadual sob uma outra ótica, com a opção pelos planos microrregionais. A Bahia foi assim dividida em microrregiões-programa, cujo desenvolvimento deveria ser planejamento de acordo com as prioridades estabelecidas pelo governo estadual. Nessa abordagem, inicialmente conferiu-se tratamento preferencial ao Recôncavo, por conter a maior densidade populacional do

Estado – o que ensejou a criação do então Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER), atrelado à Fundação de Planejamento – e ao Nordeste baiano, por ser uma das regiões mais pobres da Bahia. Esta última proposta de planejamento, denominada PRODINOR, não chegou, entretanto, a ser formulada. (BAPTISTA, 1979, p.106 *apud* QUEIROZ, 2002, p.356).

Nesta conjuntura, surge o Plano de Turismo do Recôncavo, o qual compreendeu um “[...] estudo baseado em diagnóstico analítico e sintético do turismo no Recôncavo baiano e destinado a produzir, *finalmente*, um planejamento turístico em termos gerais, sugestões de política, de organização e de natureza institucional para o setor.” (BAHIA, 1971, *apud* QUEIROZ, 2002, p.357, grifo da autora).

Em 1963, inicia-se o *boom* turístico em demanda para Salvador pela via Rio-Bahia (BR-116). Os turistas chegavam guiados pelos mapas rodoviários elaborados pelo Touring. Nesse período, a entidade já dispunha de uma rede nacional, formada por 20 filiais estaduais, 200 delegacias e 400 mil associados. Sendo o maior clube de proprietários de veículos no país, nas sedes regionais encontravam-se as informações para viagens. Os sócios também recebiam a revista Touring, onde a Bahia era contemplada com notícias e reportagens. (PORTO FILHO, 2006).

Neste contexto de crescente desenvolvimento do turismo, em 1968 foi fundada a Bahiatursa. No mesmo período surge a Lei 2.607 que concede isenção dos impostos estaduais para os hotéis, motéis, pousadas e *camping* de interesse turístico. (COVELLO, 1982)

Em paralelo, a Bahia passa por um processo de industrialização e a sua concentração no entorno de Salvador, nos municípios de Simões Filhos e Cadeias - Centro Indústria de Aratu (CIA) (1960), o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) (1970) e Dias D’Ávila - Complexo do Cobre da Caraíba Metais (1970), conjuntamente a outros municípios. “Com a industrialização, portanto, Salvador se metropoliza, fortalecendo-se através da Região Metropolitana de Salvador (RMS) como grande centro econômico do Estado”. (BAHIA, 1991, p.16).

Em 1970, Salvador se modernizou com “novas avenidas nos vales, viadutos, túneis, fonte-luminosas, ruas asfaltada, jardins, iluminação das mais modernas. [...]. Sua população já atingiu a casa de um milhão de habitantes.” (FALTA ..., 1970, p.9). No mesmo ano, o turismo foi considerado importante para o governo. Dentre as ações deu-se a ampliação da capacidade hoteleira mediante fomento do setor privado, além de ser pioneira de “empreendimento hoteleiro em sítios [...], em investimentos empresarias. Como ação de maior relevância, pela sua expressão econômica, social e cultural, deflagrou o processo de

recuperação do Pelourinho, como o apoio da Prefeitura de Salvador e da iniciativa privada”. (BAHIA, 2006a, p.28).

Neste sentido, Salvador já era considerada um polo do turismo estadual. E, no interior, a atividade começou a se tornar representativa na economia, por atrair investimentos para a hotelaria, além de começar a ser divulgado o seu potencial. “É nesse ano que, pioneiramente, Ilhéus, município baiano, faz-se presente em uma exposição nacional de turismo realizada em Brasília, aí ocupando um stand no pavilhão do Estado da Bahia”. (ILHÉUS..., 1970, p.10 *apud* QUEIROZ, 2002, p.361).

Ainda nessa década, cabe destacar a alteração da SUTURSA, pelo Decreto nº 3.879 de 1º de abril, que passou para à administração indireta da Secretaria de Educação e Cultura, cuja finalidade era orientar e coordenar as atividades do ensino, preservar e divulgar o patrimônio histórico, cultural, administrativo e artístico do Município e, além disso, promover as atividades de recreação, esportes e turismo. Posteriormente, foi instituído o Decreto Municipal de nº 3.885, determinando a competência da SUTURSA, responsável pela gestão municipal do turismo, promovendo as festas populares e distribuído material promocional. (QUEIROZ, 2002).

Outro acontecimento importante para o turismo foi a Lei nº 2.930 de 11 de maio de 1971, que criou na estrutura da Secretaria da Indústria e Comércio (SIC), o Conselho Estadual de Turismo (Cetur) e a Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT)”. (PORTO FILHO, 2006, p.137).

A Lei n.º 2.459/1973, autorizou a Prefeitura Municipal do Salvador (PMS) a subscrever ações da Bahiatursa, sendo assim incorporados e transferidos a esta última os bens da SUTURSA. No mesmo ano, pelo Decreto nº 4.516, a PMS extinguiu a Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador e criou, como órgão integrante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Departamento de Folclore, Festas Populares, Certames e Esportes. (QUEIROZ, 2002).

Na década de 1980, houve um descaso no turismo durante o governo de 1986, o mesmo não contou com grande investimento, além de ter passado por uma crise, que gerou elevado preço das passagens aéreas e da hospedagem, perdendo posição relativa no país, passou do 3º para o 8º lugar. (BAHIATURSA, 1995).

Em resumo, a crise do turismo na Bahia foi atribuída aos seguintes fatores: à crise econômica do Brasil vigente nos últimos anos, que reduziu o poder aquisitivo da população, sobretudo da classe média, diminuindo assim também os gastos em atividades de lazer; e, à crise urbana da cidade do Rio de Janeiro que, sendo o principal portão de entrada do turismo

internacional, o que reduziu o mercado em todo o país. Como consequência, isso teve impacto na “rede hoteleira, a taxa de ocupação em 1986, com o Plano Cruzado, atingiu 63,8%, caiu em 1988 para 48%, apresentando em 1989 um aumento de 2,2%, caiu para 43%, em 1990, uma das piores taxa de ocupação para os hotéis de 3 a 5 estrelas”. (BAHIA, 1991, p.11). Em relação ao turismo de eventos, declinou a sua participação na realização de congressos, convenções e feiras. Apesar de que Salvador foi considerada como o principal polo turístico do Nordeste neste período. (BAHIATURSA, 1995).

Em 1990, a Bahia se destacou como destino turístico e na participação de alguns investimentos de capitais internacionais em empreendimentos em Salvador e nos municípios, onde se destacam: Litoral Sul, polarizada pelas cidades de Ilhéus e Porto Seguro; Chapada Diamantina e seu turismo ecológico, centrado em Lençóis; e entorno Metropolitano, principalmente no Litoral Norte, que se descobre a partir da própria dinâmica de crescimento urbano da RMS via Estrada do Coco. (BAHIA, 1991).

No ano de 1995, instituiu-se a Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia (SCT) por meio da Lei nº 6.812 (Anexo A) como base institucional de reforço e ampliação dos mecanismos de desenvolvimento desses dois setores. Assim, um dos grandes desafios para o órgão foi o de promover condições de sustentabilidade ao desenvolvimento de ambos os setores, a partir de uma estratégia em que a cultura tivesse no turismo um importante suporte de ampliação e fortalecimento dos processos de promoção, intercâmbio e difusão, e o turismo tivesse na cultura sua principal fonte de diferenciação, sem os riscos de comprometimento da identidade cultural da Bahia. (BAHIA, 2005a).

Em 1996, foi constituída a Fundação Salvador Convenções e Eventos (CVB), que se apresenta como Salvador e Litoral Norte da Bahia *Convention & Visitors Bureau*, instituição jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Seu objetivo é estabelecer a melhor estratégia de captação de congressos e congressistas para Salvador e Litoral Norte do Estado da Bahia. A entidade atua como um órgão de fomento, reunindo todos os setores da indústria turística, como: de órgãos oficiais; associações; sindicatos; faculdades e empresas, como hotéis; agências de viagens; locadoras de veículos dentre outros. Embora não tenha fins lucrativos, age como uma entidade de *marketing*, realizando serviços de pesquisa, captação, propaganda e promoção, criando oportunidades de vendas e prestações de serviços para o *trade* turístico no Brasil e no exterior. (SALVADOR E LITORAL NORTE CVB, 2012).

Em 2001, foi criado o *Cluster* de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia com o apoio e participação do governo do Estado mediante a SCT. No ano de 2002, transformou-se em sociedade civil denominada como Fórum para o Desenvolvimento do

Entretenimento, Cultura e Turismo na Bahia, com a finalidade de desenvolver, com apoio de consultoria especializada e dos órgãos governamentais de turismo, um plano de *marketing* para o polo turístico Salvador e Entorno, com vistas à obtenção de financiamento por meio do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste II (PRODETUR/NE II). A entidade era composta por representantes de empresas aéreas, hotelaria, comércio, comunicação, entretenimento e lazer com ações no desenvolvimento de produto no plano educacional e de caráter operacional. Buscava avaliar periodicamente o setor, integrar segmentos e replanejar ações, concretizando estratégias (BAHIA, 2005a).

Em 2005, a estrutura organizacional da SCT é modificada. No ano de 2006, ocorreu outra alteração da estrutura organizacional da administração pública do Estado que resultou na separação das pastas de cultura e do turismo. Assim, surge a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR) mediante a Lei nº 10.549. No entanto, esta entrou em vigor em 01 de janeiro de 2007 (Anexo B). A instituição tem a finalidade planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo.

No mesmo ano, a Bahia foi destaque no Guia Quatro Rodas Brasil, e pela quarta vez consecutiva foi o Estado mais votado pelos leitores da revista Viagem e Turismo, recebendo o prêmio de Melhor Estado para Viagem, concedido pela Editora Abril. Os leitores elegeram, também, entre os dez melhores: Chapara Diamantina e Itacaré como destinos de ecoturismo; a Praia do Forte e Trancoso como melhores praias, além de quatro *resorts* (Praia do Forte - Eco-resort; Transamérica - Ilha de Comandatuba; Superdubres Breezes - Costa do Sauípe; e Club Med - Trancoso). (BAHIA, 2006b).

Nesta conjuntura, podem ser atribuídas ao turismo na Bahia o fluxo de turistas estrangeiros estável e o crescimento do fluxo de turistas nacionais, sustentado basicamente no aumento das viagens dos brasileiros, em virtude do barateamento e facilidade de pagamento das passagens aéreas e à tendência crescente do volume de investimentos públicos e privados na atividade, além da valorização do Real que estimulou as viagens internacionais, tendo a forte concorrência das viagens internacionais para o turismo interno no Brasil e na Bahia. (CONCEIÇÃO; ROCHA, 2009).

No decorrer dos anos percebe-se que houve avanços significativos no desenvolvimento do turismo no estado. Entretanto, existe ainda uma deficiência de infraestrutura turística, especialmente nos aeroportos que não suportam a demanda, precariedade do sistema de transporte urbano, falta de segurança nos principais pontos turísticos, carência de sinalização turística, além dos poucos profissionais especializados para

atender à demanda turística. Diante do exposto, é relevante apresentar os indicadores da atualidade, que serão explanados a seguir.

3.2.1 Indicadores do Turismo Contemporâneo

O governo investe em infraestrutura nas regiões turísticas visando à captação de investimentos privados. Entre as suas ações estão a geração de empregos, programas sociais e educação ambiental com o objetivo de consolidar a Bahia no desenvolvimento turístico sustentável. O Estado ocupa no *ranking* o segundo núcleo receptivo do turismo de lazer no Brasil. (BAHIA, 2012b).

De acordo com o levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), no ano de 2011, a participação da Bahia no fluxo turístico do Brasil é de 8,3%, ficando, assim, em quarto lugar no *ranking* dos estados que mais recebem turistas no país, depois de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No fluxo internacional, a participação é de 11,6%, ocupando a quinta posição do *ranking* dos estados que mais recebem turistas estrangeiros. No fluxo doméstico, a Bahia lidera com 8,3% da participação no fluxo brasileiro, enquanto no fluxo internacional, é o estado que mais recebe turistas do que todos os estados nordestinos juntos, contabilizando mais turistas do que o Ceará (4,3%) e Pernambuco (3,4%) juntos. (FIPE, 2011 *apud* BAHIA, 2011). Em 2011, o fluxo global de turistas na Bahia, foram 11.015.00 de visitantes. Observa-se no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Fluxo Turístico Global da Bahia (2008 -2011).

FLUXO	2008/2009	%	2010	%	2011	%
Global	9.052.000	100	10.541.00	100	11.015.000	100
Internacional	514.000	5,70	600.000	5,70	558.000	5,10
Doméstico (Nacional+ Local)	8.538.000	94,30	9.940.000	94,30	10.457.000	94,90
Nacional	4.081.164	47,80	4.971.988	49,88	5.291.242	49,30
Local	4.456.836	52,20	4.981.928	50,12	5.301.699	50,70

Fonte: FIPE (2011 *apud* BAHIA, 2011).

Nota-se que, em 2011 houve um crescimento pouco do fluxo turístico global da Bahia. O fluxo internacional no período de 2010, foi de 600.000 turistas estrangeiros que visitaram a Bahia sendo que 2008/2009, correspondeu 514.000 e 2011, houve um declínio que representou 558,000 visitantes. Já o fluxo doméstico teve um aumento em 2011, de 10.457.000, são turistas da própria Bahia e de outros estados. No fluxo nacional refere-se aos

turistas brasileiros de outros estados da Federação representa 49,3% do total do fluxo doméstico. O fluxo local corresponde aos turistas locais respondem só 50,7% do fluxo nacional.

Percebe-se, desta forma, que esses indicadores mencionados foram resultado do trabalho iniciado pela Bahiatursa, por isso, a Bahia está em primeiro lugar entre os estados nordestinos que mais recebem mais visitantes, sobre a participação da instituição serão analisados a seguir.

4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA BAHIATURSA NA REDE TURÍSTICA DO ESTADO DA BAHIA

Neste capítulo procurou-se focar a atuação da Bahiatursa entre os anos de 1968 e 2006. Aborda o histórico da instituição desde a sua fundação até a criação da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Buscou-se ainda analisar a gestão do órgão oficial de turismo mediante as principais ações realizadas para o desenvolvimento da atividade.

4.1. HISTÓRICO DA BAHIATURSA

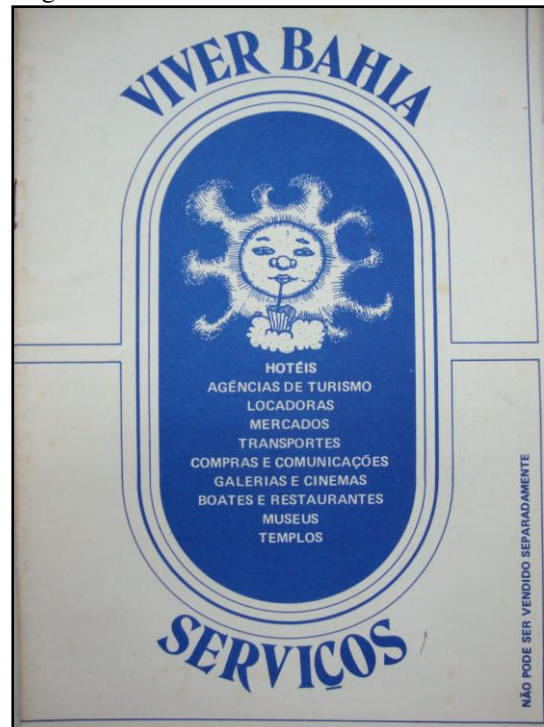
A origem do nome Bahiatursa surgiu a partir do jornal quinzenal denominado Bahiatur que, de acordo com a notícia: “pretende ser em futuro bem próximo o chamado órgão turístico por excelência da Bahia” (TURISMO..., 1968, p.3). A proposta primeiramente era um jornal com informações sobre o turismo com os seguintes aspectos: pontos turísticos, meios de hospedagem e festas populares. Posteriormente, este jornal passou a ser mensal, com novo nome Viver Bahia, até hoje em circulação, entretanto, com *layout* de revista, ver Figuras 5 e 6, a seguir.

Figura 5- Jornal Bahiatur



Fonte: Turismo..., 1968, p.3.

Figura 6 - Revista Viver Bahia



Fonte: Revista Viver, 1974.

Observa-se que a revista amplia mais a cobertura turística que o jornal, contendo informações sobre eventos culturais, serviços turísticos e de lazer, de forma a orientar os turistas durante a sua permanência. Outro fato importante para a criação da Bahiatursa foi o Plano de Turismo do Recôncavo, segundo trecho da notícia:

[...] levaram o govêrno passado a contratar, através do CONDER, um plano de turismo do Recôncavo destinado a produzir um planejamento turístico em termos gerais e sugestões de política organização de natureza institucional para o setor, bem como a implantar a BAHIATURSA tendo por objetivo: construir e estimular a construção de hotéis de intêresses turísticos. Idênticos motivos, ou sejam, a importância econômica do turismo e o potencial turístico da Bahia, levaram o governador Antônio Carlos Magalhães, quando em viagem a Europa, no final do ano passado, a dedicar especial atuação ao problema de turismo reforçando assim, sua decisão de desenvolver e dinamizar êsse setor na Bahia, no decorrer da sua gestão [...].(BAHIATURSA..., 1971, p.5).

Assim, conforme o nome do jornal e o plano, é fundada a instituição estadual de turismo, em 28 de agosto de 1968 como Hotéis de Turismo do Estado S.A., mediante a Lei nº 2.563 (Anexo C), durante o governo de Luiz Viana Filho, com a finalidade inicialmente de construção, ampliação e restauração de empreendimentos hoteleiros no estado segundo o artigo 1º:

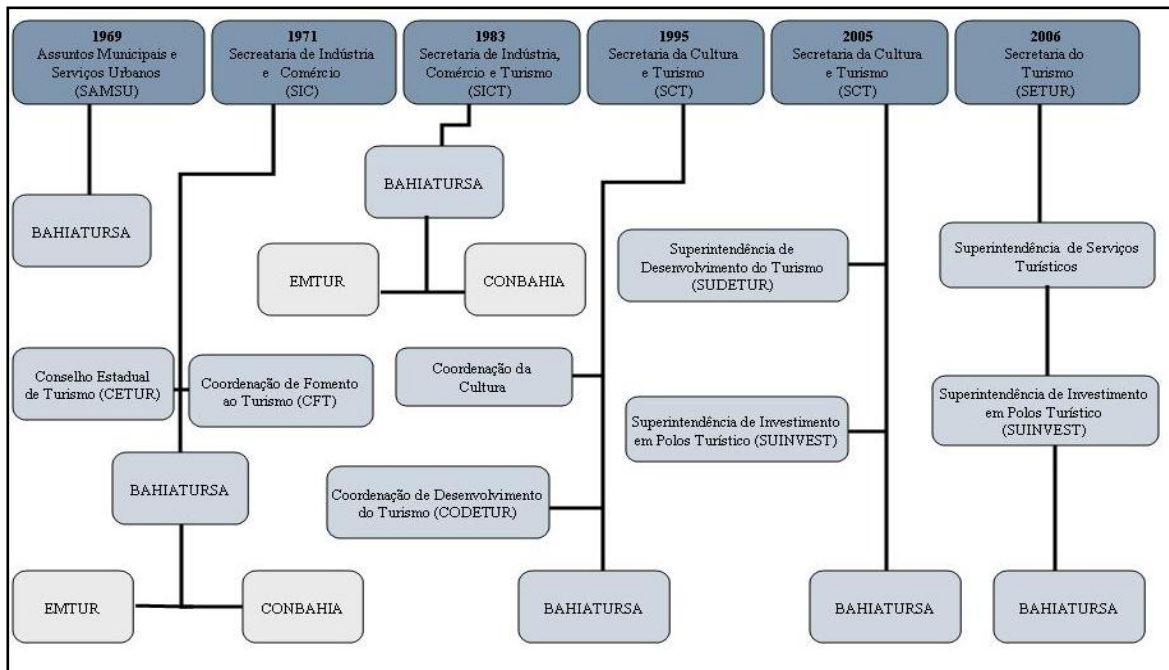
Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, na forma desta Lei, uma Sociedade por ações que se denominará Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A. - Bahiatursa.

Art. 2º - A sociedade terá por objeto:

- a) construir e estimular a construção ou adaptação de hotéis, motéis e pousadas de interesse turístico no Estado da Bahia;
- b) reformar e ampliar as instalações e serviços de hotéis de Itaparica e Cipó dando-lhes condições adequadas ao desenvolvimento do turismo naquelas estâncias hidro-minerais. (BAHIA, 1968, p.1).

Em 1969, a Bahiatursa era vinculada à extinta Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos (SAMSU), de acordo com a Figura 7, tendo sido o seu primeiro presidente Antônio Carlos Moisés (1968-1971), posteriormente Manuel Castro (1971-1975) e assim sucessivamente, conforme Apêndice B.

Figura 7 – Organograma do Sistema Estadual de Turismo da Bahia (1969-2006).



Fonte: Elaborado pela autora baseado nos relatórios da Bahiaturisa (1969-2006).

De acordo com Bahiaturisa (1998), no início da década de 1970, foi nomeada como Empresa de Turismo da Bahia S/A (BAHIATURSA) e seus objetivos também foram alterados para que pudesse atender de maneira completa às necessidades do desenvolvimento do turismo. Assim, ao longo dos anos, a instituição passou por diversos processos de reestruturação. Nesta mesma década, foi autorizada a transferência dos bens da Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador (SUTURSA) para a Bahiaturisa. Para tanto, esta passou a executar a política de turismo no estado, por meio da promoção e divulgação dos atrativos e atrações turísticas da Bahia, além de promover a melhoria dos serviços oferecidos aos visitantes, elevando o padrão de qualidade dos equipamentos turísticos e da mão-de-obra especializada.

A partir de 1971, a instituição passou a fazer parte do Sistema Estadual de Turismo (SET), subordinado à Secretaria de Indústria e Comércio (SIC). Faziam parte do SET: Conselho Estadual de Turismo (CETUR); Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT); Bahia Convenções S.A. (CONBAHIA); e Empreendimentos Turísticos da Bahia (EMTUR), as duas últimas subsidiárias da Bahiaturisa. Este sistema estabeleceu planos e mudanças na política turística do estado, com a finalidade de melhorar a oferta e incrementar a demanda turística.

O CETUR tinha a finalidade de formular as diretrizes básicas e deliberar sobre a política estadual de turismo. A CFT estabelecia o objetivo de acompanhar as atividades de

turismo no estado e assessorar o CETUR no exercício de suas funções. A CONBAHIA foi criada em 29 de novembro de 1977 para administrar o Centro de Convenções da Bahia, inaugurado em 12 de março de 1979, com objetivo de captar eventos no intuito de reduzir a sazonalidade. Já a EMTUR surgiu do convênio entre a Embratur e a Bahiatur, em 1976, e foi criada com o objetivo de construir equipamentos de lazer, hotéis e pousadas no interior do Estado, como forma de promover os polos turísticos. (EMTUR, 1987; BAHIATURSA, 1998).

Em 1979, ocorreu uma alteração no Sistema Estadual de Turismo: foi extinto o Conselho Estadual de Turismo, que teve suas diretrizes transferidas para o Conselho de Administração da Bahiatur; e suprimida a Coordenação de Fomento ao Turismo, cujas suas ações de planejamento foram assumidas pela Diretoria Executiva da Bahiatur como forma de permitir maior agilidade administrativa e integração.

Em 1981, a CONBAHIA teve a sua razão social alterada para Centro de Convenções da Bahia S.A.. No ano de 1983, a Secretaria da Indústria e Comércio passou a ser denominada Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo e que também houve modificações nos estatutos sociais da Bahiatur (Anexo D). Ambas subsidiárias foram incorporadas ao órgão oficial de turismo do Estado, que passou a ter um comando unificado, em 1990.

Em 1986, a Prefeitura criou a Empresa de Turismo de Salvador (EMTURSA). O Grupo Executivo do Carnaval foi extinto e criada a Coordenação do Carnaval dentro da estrutura da própria EMTURSA. Nesse momento, a Bahiatur afastou-se definitivamente da organização da festa, voltando a exercer apenas a sua função original de promotora e divulgadora do carnaval, no Brasil e no exterior. “Transferiu sua experiência para a gestão municipal contribuindo para a profissionalização do Carnaval da Bahia, sem deixar de patrocinar trios elétricos e artistas independentes”. (BAHIATURSA, 1998, p.66).

Em 1995, com a criação da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), a Bahiatur passou a desempenhar apenas a política de *marketing* turístico no intuito de promover o estado, além de contribuir com as ações desenvolvidas pela SCT, por meio de parceria dos programas destinados ao turismo (BAHIATURSA, 1998; 2004).

No ano de 2006, finalmente surge uma pasta específica para o turismo no Estado da Bahia, denominada Secretaria do Turismo (SETUR). Coube à Bahiatur, na nova estruturação (Anexo E), a integração e articulação com a SETUR na implantação de políticas públicas, além da promoção, divulgação e administração do Centro de Convenções da Bahia em Salvador, Ilhéus e Porto Seguro e dos postos de informações turísticas.

4.2 O PAPEL DA BAHIATURSA NA GESTÃO DO TURISMO DA BAHIA

A Bahiatursa foi um dos primeiros órgãos de turismo do país a planejar e desenvolver uma infraestrutura direcionada para o turismo. Assim, criou diretrizes para o fomento do turismo, atuando nos aspectos econômicos, sociais e culturais, além da preservação do meio ambiente.

A instituição articulou com várias organizações, tais como: agência de viagens e operadoras; mídia; órgãos nacionais e internacionais; empresa privada. Todos integrados promovendo ações conjuntas, buscando a realização das vendas com eficiência, do destino, dos equipamentos e dos atrativos, formando a base indispensável para o processo de desenvolvimento da atividade turística, ou seja, na organização do turismo, ocasionando uma rede com a finalidade de prestar serviços ao turista.

Para que o Estado da Bahia tenha se tornado um destino turístico, percebe-se que houve investimentos na infraestrutura e serviços na capital e no interior, com intuito de oferecer equipamentos de qualidade aos turistas. Ainda assim, a insuficiência da rede de hotéis e equipamentos, as dificuldades de acesso rodoviário, e a falta de mão-de-obra especializada para o setor foram empecilhos para o seu desenvolvimento. Dentre os investimentos realizados, estão aqueles voltados para o setor de transporte, saneamento básico, estradas, aeroporto, dentre outros.

Assim, esta instituição foi responsável por estimular o incremento da atividade turística por meio de construção de hotéis, motéis e pousadas, mediante incentivos diretos e indiretos, assistência e apoio a investidores ou empresários; qualificação dos serviços turísticos, a partir de programas de qualificação e aperfeiçoamento de mão-de-obra e intermédio de cursos e treinamentos; organização do serviço de atendimento ao turista; atuação em diferentes níveis na promoção turística; participação e apoio à realização de eventos como carnaval, manifestações culturais e outros; desenvolvimento de estratégias de *marketing*, incluindo a divulgação do destino Bahia, elaboração de material promocional como a revista *Viver Bahia*, folhetos e *posters*; elaboração de planos de desenvolvimento turístico, como comprova o trecho da notícia:

[...] Conforme Mario Calmon, a maior prova de que a Bahiatursa cumpriu com eficiência o seu papel de estimular o turismo na Bahia e que hoje ela, além de já ter sido premiada (lâurea oferecida por jornalistas de turismo em São Paulo) esta sendo imitada, sem constrangimento, por empresas congêneres de outros estados brasileiros.[...].(BAHIA...,1978, p.3)

Deste modo, para uma análise mais detalhada sobre a efetiva contribuição da Bahiatursa ao turismo, serão relatados a seguir os principais aspectos que envolveram a participação desta instituição, tais como: planos, programas e projetos; promoção do destino Bahia; meios de hospedagem; formação e qualificação pessoal; fluxo turístico e receita.

4.2.1 Planos, programas e projetos

Para consolidar o turismo, a Bahiatursa executou planos, programas e projetos relevantes em parcerias com várias entidades, direcionados ao estado, comunidade, empresários do setor e turistas.

O Plano Diretor de Turismo foi o primeiro do país, elaborado na década de 1950, e executado no Plano do Turismo do Recôncavo, em 1970, elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER), Consórcio Consultoria e Planejamento (Clan) e grupo espanhol Oti. Este plano foi importante para o desenvolvimento do turismo na Bahia e contribuiu para orientação das ações governamentais, conforme trecho da notícia, a seguir:

[...] Algo de concreto só foi ocorrer mesmo em 57, quando o publicitário João Dórea apresentou o primeiro Plano Diretor de Turismo para a cidade do Salvador, que ficou engavetado até Vasconcelos assumir o departamento e aproveitar algumas idéias promocionais, já que o plano omitia os problemas da infra-estrutura, falta de hotéis, mão-de-obra especializada e dificuldades do acesso rodoviária. Imediatamente, o novo diretor iniciou uma série de campanhas visando atrair investidores particulares para o ramo da hotelaria, ao tempo em que insistia, junto aos poderes públicos, pela concessão de isenções tributárias e facilidades fiscais. [...]E o pontapé na bola apeteceu em 1970, quando o governador Antônio Carlos Magalhães encomendou à Clan – Consultoria Planejamento, dirigido pelo economista Rômulo Almeida, o Plano de Turismo do Recôncavo, elaborado em consórcio com o escritório espanhol Oti.[...]. (MARTINS..., 1982. p.3)

Coube à Bahiatursa executar este plano mediante a seguinte estratégia: a) preservação, desde a paisagem até a área cultural, abrangendo a parte histórica, música e literária; b) desenvolvimento de equipamentos turísticos; c) visão mercadológica, baseada na ideia de que a Bahia não vendia por si mesma, daí a necessidade de se trabalhar agressivamente no aproveitamento do potencial. (MARTINS..., 1982). Neste plano as ações da Bahiatursa ainda eram incipientes e restritos ao âmbito nacional e local.

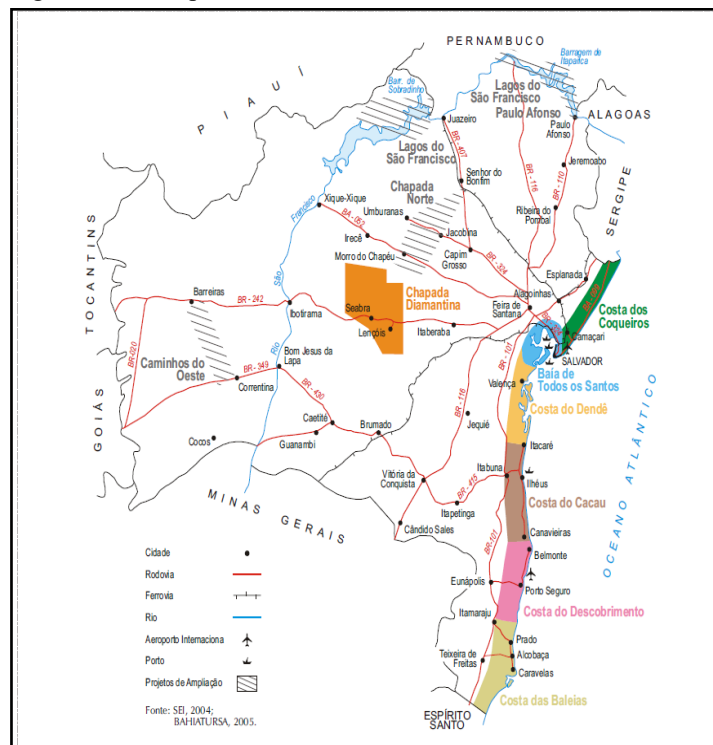
Posteriormente, surge o plano Caminhos da Bahia, em 1979, que foi direcionado para a municipalização do turismo com ações de *marketing*, qualificação de mão-de-obra,

construção de hotéis e balneário. Este programa se constituiu em conjunto com agentes de viagem, hoteleiros e transportadores, e visava divulgar as cidades com potencialidades turísticas. Dentre os municípios contemplados estavam: Camamu, Cipó, Cachoeira, Caldas do Jorro, Ibotirama, Ilhéus, Itaparica, Jacobina, Juazeiro, Lençóis, Paulo Afonso, Porto Seguro e Valença. Esse programa contemplava também uma política de ações no mercado internacional, o que favoreceu a presença constante da Bahia, representada pela Bahiatursa, em eventos do calendário mundial dos quais o Brasil participava sob a coordenação da Embratur. Foi o primeiro programa a utilizar recursos de folheteria promocionais sobre Salvador e as cidades que faziam parte do programa. (BAHIA, 2005b). Além disso, foi o único programa elaborado e executado pela instituição.

Destaque também para o Programa de Desenvolvimento Turístico na Bahia (PRODETUR-BA) tinha o objetivo em investimento e ações de infraestrutura, *marketing* turístico e recursos humanos entre os anos de 1991 e 2002 mediante recursos próprios, tesouro estadual e agência de financiamento nacional e internacional. Coube à Bahiatursa desenvolver e coordenar as etapas iniciais do programa, competindo à Secretaria do Planejamento orientar as ações na área cultural no que se referia à restauração de monumentos, o que se verificou até no de 1994. Posteriormente a Secretaria de Cultura e Turismo ficou responsável pela gestão do programa, por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. (SUDETUR). (BAHIA, 2005b).

O Estado foi dividido em sete áreas de planejamento turístico. A partir daí, a oferta turística da Bahia era apresentada sob duas formas de segmentação. A segmentação geográfica: Costa dos Coqueiros; Baía de Todos os Santos; Costa do Dendê; Costa do Cacau; Costa do Descobrimento; Costa das Baleias; e Chapada Diamantina, conforme a Figura 8. A outra apresentava o produto Bahia sob vários enfoques do turismo: lazer; ecológico; turismo cultural, religioso; profissional; turismo de incentivo; congresso e eventos. (BAHIATURSA, 2000).

Figura 8 – Principais Zonas Turísticas e Rede Viária, 2005.



Fonte: http://www.sei.ba.gov.br/images/bahia_sintese/bahia_numeros/mapas/infraestrutura_bs.pdf. Acesso em: 17 jul.2012.

Este programa executou obras de infraestrutura nas zonas turísticas da Bahia como construção de estradas que podem ser observadas na figura acima, aeroporto, saneamento básico. Posteriormente, foram agrupadas mais zonas turísticas: Caminhos do Sertão; Lagoas do São Francisco; Caminhos do Oeste; e Vale do Jiquiriçá.

Para reforçar e agilizar a implementação do PRODETUR-BA, o governo do Estado integrou-se ao Programa de Desenvolvimento do Nordeste (PRODETUR/NE I), que contou com recursos do governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), liberados por intermédio do Banco do Nordeste. Paralelamente, recorreu a outros agentes de financiamento, tais como: Banco Mundial (BIRD); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Caixa Econômica Federal; e Embratur, contado com recursos do Tesouro do Estado. (BAHIA, 2005b).

Em 2003, surge outro plano estratégico de turismo da Bahia para dar continuidade ao anterior, denominado Plano Turístico da Bahia 2003-2020, elaborado pela SCT. Neste a Bahiatursa não teve nenhuma participação na sua preparação, restou apenas ações de promoção e divulgação do destino Bahia. O plano contou com a participação do PRODETUR/NE II.

Neste contexto, a gestão da instituição contribuiu para o aumento do fluxo turístico; a ampliação do tempo de permanência média do turista; a redução da sazonalidade turística; a ampliação do espaço turístico do Estado; a preservação e valorização do patrimônio cultural e histórico da Bahia. Sobre isto, foram realizados os seguintes programas conforme o Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Programas realizados pela Bahiatursa.

PROGRAMAS	FINALIDADES
Vôo de Turismo Doméstico (VTD)	Fazia parte do programa Conheça Brasil da Embratur, criado em 1972. O VTD visava o desconto de 40% nas passagens e passeios programados.
Iluminação do Patrimônio dos Monumentos Históricos de Salvador	No ano de 1980, valorização dos monumentos históricos, tornou possíveis as visitas noturnas, englobou 31 monumentos, além de aumentar o fluxo turístico em Salvador. Parcerias com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Banco de Desenvolvimento do Estado, Prefeitura de Salvador e Fundação Roberto Marinho.
Programa de Credenciamento de Guias de Turismo	Em 1980, destinado para pessoas com mais de 18 anos que desejavam ingressar na atividade turística, sem vínculo empregatício.
Programa “Descubra a Bahia”	Executado em 1984, desenvolvido pela Bahiatursa com a finalidade de despertar, em crianças e adolescentes, interesse pela arte, história e cultura. Com destino a Cachoeira, e pontos turísticos da cidade de Santo Amaro.
Clube da Terceira Idade	Em 1986, convênio com a Embratur e a Bahiatursa com a finalidade de incentivar pessoas com idade a partir dos 50 anos, a viajar na baixa estação, em pacotes turísticos com descontos especiais, para destinos regionais e nacionais.
Programa de Municipalização do Turismo	A Embratur criou em 1994, no intuito de desenvolver o turismo nos municípios e a Bahia participou com apenas 122 municípios.
Programa “Brasil Turístico”	Realizado no ano de 1996, programa da Embratur, que consiste na oferta de excursões para diversas regiões do país, a preços mais econômicos em São Paulo, que responde por 60% do mercado emissor de turista.
Polícia Social e Turística	Executado em 1997, visava o serviço de informações e atendimento ao turista, além da função habitual de policiamento ostensivo.
Programa Turismo Rural	Em 1998, destinava ao proprietário de fazenda que oferecia hospedagem aos visitantes para vivenciar o cotidiano de uma fazenda.
Air Passe Bahia	Em 2000, permite a comprar de passagem aérea para as regiões turísticas do interior do estado a preços acessíveis.

Programa Fidelidade Bahia	Em 2003, através do site a pessoa se inscrevia no programa de relacionamento com vantagem e benefícios, recebia um cartão para utilizar nos estabelecimentos credenciados nas áreas: comércio, cultural e lazer. Parceria com a financeira Visa.
Programa Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil	Em 2003, a Bahiatursa com parceria com a Embratur, divulgação das cidades consideradas turísticas.
Bahia Qualitur	Em 2005, tinha o objetivo de certificação de qualidade e direcionado para o aperfeiçoamento dos serviços turísticos. Contou com parcerias importantes: Serviços Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Instituto da Hospitalidade (IH); e Associação Baiana de Gestão Competitiva (ABGC).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações obtidas em relatório da Bahiatursa (1970-2006).

Estes programas apresentados foram selecionados os mais importantes no nosso ponto de vista, por se tratar de ações direcionadas para social, educacional, meio ambiente, ao longo dos anos constam inúmeros programas executado pela Bahiatursa. Percebe-se que a maioria foi em parceria com o Embatur. Em relação ao projeto de acordo com Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Projetos realizados pela Bahiatursa.

PROJETOS	FINALIDADES
Projeto Baixa Estação	Executado em 1970, visava reduzir a sazonalidade por meio de redução de custos da hospedagem e transporte, promoções nos estado emissores e programação de eventos.
Projeto Tursa	Executado parcialmente em 1970. Implantação da rodovia BR-101 com a participação dos governos dos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, compromisso com a Embratur visando instrumento básico para o desenvolvimento de toda a área cortada pela nova rodovia.
Projeto de Valorização da Orla Marítima de Salvador	Realizado em 1980, convênio entre a Bahiatursa, Embratur, Prefeitura e CONDER, possibilitou a execução do Projeto de Reorganização e Reurbanização da Orla de Salvador, no trecho Pituba-Itapuã Abaeté.
Conscientização Turística	Na década de 1980, cartilha contendo informações sobre a importância do turismo para a comunidade de Salvador.
Projeto Temporada Econômica	Na década de 1980, ofereciam pacotes de viagens com descontos na hospedagem, passagens aéreas em horário noturno.

Projeto Astral	Em 1986, direcionado a <i>shows</i> no verão com artistas nacionais e locais valorizando a música popular brasileira.
Projeto Rota Viva	Em 2003, Bahia. Vários destinos, um só lugar, visava a qualificação de profissionais de turismo, especificamente, para operadores e agentes de viagens, parceria com SEBRAE.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações obtidas em relatório da Bahiatursa (1970-2006).

Este quadro também procede ao mesmo critério dos programas, mencionado anteriormente. Existem inúmeros projetos executados pela instituição e não se pretende aqui esgotar sobre esta questão, apenas para exemplificar. Alguns destes projetos eram também direcionados para campanhas de promoção do destino Bahia, como os projetos Baixa Estação e Astral, ambos relacionados aos eventos, e que será o próximo assunto a ser abordados.

4.2.2 Promoção do destino Bahia

A Bahiatursa promoveu o destino Bahia mediante estratégias de *marketing* direcionadas aos turistas, operadoras e agências de viagens, com a finalidade de atingir o mercado interno e externo.

Uma das ações de promoção corresponde à publicação de anúncios e reportagens de interesse turístico nos principais meios de comunicação do país, tanto os especializados na atividade quanto nos veículos de circulação nacional. Além disso, os escritórios da Bahiatursa que foram instalados em alguns estados brasileiros representaram uma ferramenta de relações públicas, coordenando atividades junto aos agentes de viagens, hoteleiros, transportadores aéreos e terrestres, além de outras instituições vinculadas ao turismo.

Neste sentido, a participação e apoio aos eventos, propaganda, publicidade e relações públicas possibilitaram a divulgação da Bahia como produto turístico no âmbito nacional e internacional, o que resultou na consolidação e aumento do fluxo turístico. Observe-se trecho da notícia a seguir:

[...] Atendendo ao interesse do repórter, que quer saber como se está fazendo a divulgação da Bahia no País e no Exterior, o Sr. Mário Calmon declara:
 “No Brasil, a BAHIATURSA mantém escritórios de promoção no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília em contatos permanentes com agentes de viagens, hoteleiros e transportadoras. Nosso material de divulgação cuja a peça básica é a Revista

“VIVER BAHIA”, está sendo enviada por Mala Direta aos principais agentes envolvidos na comercialização turística nacional e já pode ser encontrada hoje nos principais estabelecimentos turísticos nas Capitais Brasileiras. Além disso, universidades, órgãos de classe, entidades governamentais e centenas de grandes empresas de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais recebem mensalmente material publicitário da Bahia. A participação baiana em Congressos, Feiras e Exposições por todo o Brasil já é tradicional e no ano passado a BAHIATURSA esteve presente em 32 eventos nacionais”, conclui o Presidente da BAHIATURSA:

“No exterior, a divulgação tem sido feita através do envio de materiais jornalísticos para os principais jornais e revistas de turismo americanos e europeus, pela exposição de material publicitário nos escritórios da VARIG e do BANCO DO BRASIL e pela participação direta em Feiras e Congressos de promoção turística, dentre os quais destacamos o da American Society of Travel Agents (A.S.T.A.) em outubro do ano passado no Rio, o da Fédération Universelles des Associations des Agences de Voyage, em Nápoles, em novembro de 1975 e Euro Cotal, evento de promoção turística da América Latina junto aos agentes europeus em janeiro deste ano. Em maio, a BAHIATURSA estará presente ao Congresso Ordinário da COTAL (Confederação das Organizações Turísticas da América Latina) em San Juan de Porto Rico. Afinal, 63% (sessenta e três por cento) do turismo externo brasileiro ainda provém dos países da América do Sul.”(BAHIATURSA..., 1976, p.6).

Nota-se na notícia vários instrumentos utilizados pela instituição para divulgar o destino Bahia. A Bahiatura atuou intensamente promovendo eventos de natureza artística, cultural, esportiva, religiosa, profissional e empresarial na Bahia, nos estados brasileiros e nos países cuja repercussão dessa ação constituiu o fator principal no sentido de difundir o destino Bahia, dando continuidade no decorrer dos anos (Apêndice C).

A participação da Bahiatura em feiras e exposições no Brasil e no exterior contaram com a sua presença mediante a demonstração e comercialização de artesanato, culinária, apresentação de espetáculos folclóricos, filmes, audiovisuais e distribuições de cartazes, com objetivo de ampliar e, cada vez mais, consolidar a imagem da Bahia.

Dentre os materiais promocionais distribuídos, estão os folhetos editados em diversos idiomas: português, inglês, francês, alemão, italiano e espanhol. Esses contam com informações sobre as igrejas, hotéis, museus, festas populares, roteiros dos municípios, praias, mapas turísticos e carnaval; e são oferecidos nos eventos e nos postos de informações visando apoiar os turistas durante a sua permanência no estado.

Figura 9 - Folheteria Promocional da Bahiaturisa.



Fonte: Bahiaturisa, 1998.

Percebe-se que os materiais promocionais utilizados pelo órgão, desde o princípio da sua atuação, eram confeccionados dando destaque às imagens naturais e culturais da Bahia, uma forma de valorizar seus atrativos, além de serem produzidos também em vários idiomas. A revista *Viver Bahia* ganhou prêmio de melhor publicação especializada em turismo do país.

Alguns cartazes também foram elaborados para os eventos como: Regata dos Saveiros; Noite do Samba, apresentação dos sambistas no dia oficial do Samba; Feira da Bahia; São João em Cachoeira e a tradicional Feira do Porto, dentre outros. Além disso, os *posters* utilizavam forma inovadora, contando com os aspectos mais representativos da oferta turística local. Os temas eram diversos, tais como, museus, crenças, culinárias, natureza, artesanato, igrejas, folclore, festas populares, artes sacras, saveiros, orla marítima, descobrimento do Brasil, dentre outros.

No intuito de estimular a participação da população e o desenvolver do turismo, a Bahiaturisa promoveu campanhas para a conscientização dos habitantes, demonstrando os benefícios que a atividade pode trazer para a região. Uma das campanhas de destaque tinha o seguinte lema: Cuide bem do que a Bahia tem. “O importante é envolver a comunidade, mostrar que o turismo vende, gera renda para todos, emprega e dá lucros, [...], que a maior publicidade são os visitantes que saem daqui e vão falar bem da nossa terra” conforme Gaudenzi. (TURISMO...,1986, p.14). Durante o período de baixa estação, para combater a sazonalidade, a instituição também desenvolveu campanhas especiais, como a temporada econômica “Gaste pouco, goste muito”, em 1980.

Outra ação importante do órgão foi a implantação de postos de informações turísticas em alguns locais de Salvador com a finalidade de orientar os visitantes sobre os atrativos turísticos por meio de folheteria impressa e atendentes especializados. Foram instalados uma Central de Atendimento e Informação ao Turista e Postos de Informação ao Turista no Aeroporto, Estação Rodoviária, Mercado Modelo, Largo do Bonfim, Igreja de São Francisco, Porto da Barra e na BR-324, para informar e orientar os turistas sobre reservas de hotéis, entretenimento e atrativos turísticos no estado (Figura 10):

Figura 10 - Postos de Informações Turísticas da BahiaturSA

A BAHIATURSA QUER QUE VOCÊ SE ENCONTRE NA BAHIA.

Por isso mantém 8 postos de informações:

1 CENTRAL DE INFORMAÇÕES Benedictina de São (Praça da Sé) Tel. 3-9164 - Diariamente das 8:00 às 20:00	2 AEROPORTO Tel. 3-3926 Diariamente das 8:30 até o último avião	3 ESTAÇÃO RODoviÁRIA Diariamente das 8:30 às 21:30	4 MERCADO MODELO Diariamente das 9:00 às 18:00 Exceto aos domingos
5 BR-324 (km 21) Rodovia Salvador—Feira, junto ao Posto da Polícia Rodoviária Diariamente das 8:30 às 16:30	6 FERRY-BOAT Feira de São Joaquim Diariamente das 8:00 às 17:00	7 IGREJA DE SÃO FRANCISCO Terreiro de Jesus Diariamente das 8:30 às 11:30 e das 14:30 às 18:00, exceto terça-feira	8 PORTO DA BARRA E IGREJA DO BONFIM Somente nas Altas Estações Diariamente das 9:00 às 18:00

empresa de turismo da bahia s.a.
Rua da Gamboa de Cima, 61 - Fones: 3-5617 / 3-3460 / 3-8086 / 3-7416

Fonte: Revista Viver Bahia (BAHIATURSA, 1979).

Os postos de informações turísticas eram localizados em pontos estratégicos, isto é, considerados os lugares que tinham atrativos naturais e culturais ou nas vias por onde os visitantes chegassem, como rodovias e rodoviária. Além disso, a instituição foi responsável de implementar a rede hoteleira no estado.

4.2.3 Infraestrutura: hotelaria e equipamentos para eventos

Devido à carência de meios de hospedagem na capital e no interior, a Bahiaturisa propôs a construção, reforma e ampliação de empreendimentos hoteleiros. Assim, passaram a ser operados os hotéis de Itaparica, Juazeiro e a pousada de Cachoeira, empreendimentos particulares da empresa, que se destinavam “[...] ao incentivo e à ação subsidiária do Estado na implantação do parque hoteleiro de que carecia a Bahia”. (BAHIATURSA..., 1973, p.16).

De acordo com a notícia:

[...]. Há 10 anos a Bahia contava com apenas com 2.104 aposentos como sua infraestrutura hoteleira de acordo com o Anuário Estatístico da Bahia. E estes hotéis estavam limitados à taxa de o que hoje se pode chamar 1 a 3 estrelas. Até 1970, Salvador não contava com um único hotel de 5 estrelas e não possuía sequer o conhecimento sistematizado sobre o número de leitos existentes no estado. Hoje, a Bahia conta com 4.589 aposentos, o que equivale dizer um acréscimo da relevante cifra de 118,11%, em relação aos números de 1968. (10 ANOS..., 1978, p.1).

Nota-se que, os meios de hospedagem cresceram quantitativamente em todas as categorias, desde modestas pousadas até luxuosos hotéis internacionais. O governo definiu como meta prioritária a hotelaria, a expansão dos equipamentos e serviços, além de ser, pioneiramente, responsável pela fiscalização e classificação dos hotéis em categorias de cinco estrelas a uma estrela. A Bahiaturisa exerceu funções delegadas pela Embratur, realizou levantamento para fins de classificação de meios de hospedagens em todo o Estado, promovendo ainda a verificação periódica de manutenção dos padrões de qualidade dos estabelecimentos. (BAHIATURSA, 1984). A instituição foi acusada de favorecer ao certo grupos hoteleiros, resultado de uma política errada da Bahiaturisa, de acordo com trecho da notícia a seguir:

Paternalismo com os fortes grupos hoteleiros, divulgação precária em prejuízo dos pequenos hotéis, falta de orientação para os chamados agentes autônomos que levam visitantes aos hotéis- estas são algumas queixas formuladas contra as diretrizes estabelecidas pela Bahiaturisa. No estado em que se encontram, os proprietários de hotéis não dispensam comentários ao próprio Sindicato de Hotéis e Similares que, segundo eles, atua em favor dos grandes.

Diante desses fatos, enumerados pelos hotéis classificados na categoria de uma estrela e outros menores uma conclusão fica patenteada: a idéia generalizada, fora e dentro da Bahia, de que nossos hotéis são os mais caros é resultado de uma política errada da Bahiaturisa. Contribui também para o esvaziamento dos hotéis menos favorecidos o fator da sua localização, nem sempre o centro ou áreas de segurança. (PEQUENOS..., 1976, p.3).

Como já foi dito no início desta pesquisa, no começo da sua atividade, o órgão foi responsável pelo empreendimento hoteleiro de acordo com o Quadro 5, a seguir:

Quadro 5- Meios de Hospedagem

MEIOS DE HOSPEDAGEM	CONSTRUÇÃO	RESTAURAÇÃO	AMPLIAÇÃO
	Hotel de Juazeiro -	Hotel de Itaparica	Salvador Paria Hotel
	Hotel Pelourinho	Hotel de Cipó	Hotel Vila Velha
	Praiamar Hotel	Hotel Lorena	Hotel Marazul
	Hilton Golf Club Hotel	Arembepe Hotel	Hotel Internacional
	Bahia Othon Palace Hotel	Aliança da Bahia Turismo	
	Hotel Bahia	Motel Vela Branca	
	Hotel Casa Sol	Porto Belo	
	Pousada de Cachoeira	Ondina Palace Hotel	
	Pousada do Guerreiro	Pousada do Trapiche	
	Camping Clubes	Hotel Bahia Sol	
		Turismo Hotel	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações obtidas em relatório da Bahiatursa (1969-2006).

Assim, gradativamente, os meios de hospedagem cresceram também no sentido de sua diversificação, buscando o atendimento das diversas classes sociais e perfis de turistas. Ao lado disso, foi realizada a implantação de *campings* na capital e no interior para viajantes com menor poder aquisitivo ou interessados em viagens mais econômicas. Antes, o turismo era pensado apenas para a elite que tinha o privilégio de viajar e se hospedar em equipamentos que contavam com maior estrutura e opções de serviços agregados.

Os empreendimentos foram financiados com recursos próprios do atual Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do antigo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A (Desenbanco) conforme a notícia:

A expansão dos investimentos na área de hospedagem, não se teria produzido sem uma infra-estrutura financeira. Paralelamente ao interesse que despertou no setor, criou o Governo condições favoráveis de financiamento a médio e longo prazo, através o Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A – DESENBANCO, instituição creditícia de economia mista estadual, que ao lado das entidades de financiamento federal, passou a exercer uma função indispensável na consolidação dos empreendimentos turísticos locais, com o respaldo de uma atraente política de incentivo e benefícios fiscais. (BAHIATURSA..., 1973, p.16)

A EMTUR subdiária da Bahiatursa também contribuiu para o desenvolvimento do turismo através da implantação de equipamentos de hospedagem em regiões consideradas

prioritárias. Foi considerada “[...] agente de dinamização do turismo receptivo no interior do Estado, adotando ações próprias e incentivando a iniciativa privada na área de infra-estrutura hoteleira. [...]” (EMTUR, 1987). Além disso, a instituição também desenvolveu projetos para o lazer entre os anos de 1976 e 1986, conforme Quadro 6:

Quadro 06 – Empreendimentos executados pela EMTUR.

EMPREENHIMENTOS HOTELEIROS	LOCAL
Pousada do Guerreiro	Cachoeira
Pousada do Convento	
Cabana do Pai Tomás	
Albergue de Cachoeira	
Hotel Serra do Ouro	Jacobina
Marazul Hotéis S/A	Salvador
Camping de Pituvaçu	
Hotel Rio Una	Valença
Hotel Boqueirão	Cícero Dantas
Hotel Piritiba	Piritiba
Hotel Prado	Prado
Hotel Vaza Barris	Uauá
Acampamento Turístico de Uauá	
Hotel do Conselheiro	Euclides da Cunha
Hotel Rio Acaraí	Camamu
Hotel Vale do Jequiriça	Jequiriça
Hotel Rio das Pedras	Campo Formoso
Pousa Rio de Contas	Rio de Contas
Grande Hotel de Juazeiro	Juazeiro
Camping do Jorro	Tucano
Pousada de Lençóis	Lençóis
Hotel Velho Chico	São Francisco
Grande Hotel de Cipó	Caldas de Cipó
Centro Administrativo Regional do Nordeste Bahia	
Grande Hotel de Itaparica	Itaparica

Hotel Alagoinhas Turismo	Alagoinhas
Museu do Sertão	Monte Santo
Centro de Convenções de Cachoeira	Cachoeira
Teatro Arena Lençóis	Lençóis
Balneário Turístico de Jorrinho	Tucano
Balneário do Tareco	Morro do Chapéu
Balneário Termal de Itapicuru	Itapicuru
Distrito Ecoturístico Cultural de Canudos	Euclides da Cunha
Terminal Turístico de Ipitanga	Lauro de Freitas
Balneário Terminal do Paulista	Ibotirama
Equipamentos Som e Luz (Solar do Unhão)	Salvador
Terminal Marítimo de Salvador	
Fontes e Chafarizes	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações obtidas em relatório da EMTUR (1976-1986).

Nota-se que a EMTUR atuou em diversos municípios e realizou projetos culturais. Ainda em relação a essas ações prioritárias, foi construído o Centro de Convenções da Bahia (1979) pela Bahiaturisa para captação de eventos durante período sazonalidade no âmbito local, nacional e internacional. Este passou por uma reforma e ampliação, em 1993. Posteriormente, foram construídos o Centro de Convenções em Ilhéus, (2000) e o Centro Cultural e Eventos do Descobrimento, em Porto Seguro (2000) com a mesma finalidade. Foram realizados diversos eventos no Centro de Convenções da Bahia, conforme a notícia a seguir:

Salvador deve superar o recorde alcançado no ano passado, com a realização de 910 eventos, este ano, proporcionando a presença de 1,56 milhões de participantes, sendo 6,8 mil estrangeiros, 46, 7 mil nacionais e 14, 8 mil regionais. A projeção da Bahiaturisa inclui eventos no CCB e em hotéis da cidade, o que representa a geração de receita em torno de US\$ 1.500 por congressista.

No ano passado, o CCB sediou 250 eventos entre internacionais, nacionais, regionais e locais, enquanto nos hotéis foram realizados 450 eventos. A iniciativa faz parte da política da Bahiaturisa para regularizar o fluxo turístico e, por consequência, da atividade hoteleira, do comércio e prestação de serviços nos período de baixa estação e média estação.

Para o gerente de captação e eventos da Bahiaturisa, Raimundo Peres, a revitalização e modernização baiana passa por apoio e participação mais efetivos ao turismo de eventos. “Deve-se levar em consideração que um turista congressista gasta três vezes mais que um turista convencional”. De acordo com esta política, a Bahiaturisa vem investindo pesado na captação de eventos.

GRANDES NEGÓCIOS

Apenas no Centro de Convenções da Bahia serão realizados neste ano 325 eventos e nos hotéis 585, entre internacionais, nacionais, regionais e locais. “Se levarmos em consideração que em 1990 foram realizados no CCB 172 eventos, houve um aumento de mais de 200%, festejou Peres. Ele reconhece que o turismo de eventos é

o grande negócio do momento para atividade turística e defende o princípio de que se uma cidade tiver um Centro de Convenções, capaz de realizar eventos que abasteçam 50% da capacidade hoteleira, o fluxo turístico será duplicado em um ano. [...] (EVENTOS...,1995, p.7).

A cada ano aumentavam os eventos no Centro de Convenções devido à política adotada pela Bahiaturisa para regularizar o fluxo turístico e, por consequência, necessitava-se de pessoas qualificadas para atender à demanda da atividade.

4.2.4 Formação e qualificação profissional

A Bahiaturisa desenvolveu programas de qualificação mediante cursos, treinamentos e aperfeiçoamentos em diversos níveis, principalmente o operacional; contribuindo para a especialização de mão-de-obra direta, que corresponde às empresas turísticas como hotéis, agências de viagens e outros; e mão-de-obra indireta, que corresponde aos serviços relacionados indiretamente ao turismo (Quadro 7):

Quadro 7 – Formação e qualificação profissional

QUALIFICAÇÃO PESSOAL	CURSOS
	Inglês para motoristas de táxi
	RH e Conhecimentos Turísticos para guardas de trânsito
	RH e Conhecimento Turísticos para motoristas de táxi
	RH, Conhecimentos Turísticos, cultura baiana e inglês para PM
	Arrumadeiras
	Auxiliar de Garçons
	Garçons
	Camareiras
	Lavadeiras
	Mensageiros
	Serventes
	Guias de Turismo
	Cozinheiras
	Copeiras
	Guias intérpretes
	Gerência de A &B
	Gerência de Empresa Hoteleira
	Administradores para Hotel
	Recepcionista de Eventos
	Agente Turístico para PM
	Formação para Técnico do Sistema Receptivo
	TREINAMENTOS
	Gerentes de Hotéis
	Recepcionista dos Postos de Informação
	APERFEIÇOAMENTO
	Garçons
	Ajudantes de cozinha
Camareira	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações de jornais (1970 a 2006) e relatório da Bahiaturisa (1970-2006).

Estes cursos foram promovidos pela Bahiaturisa através de convênio com o Instituto de Rádio Difusão Educativa da Bahia (IRDEB), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas (SEBRAE), dentre outros.

Além disso, a instituição implantou o setor de Orientação Empresarial da Bahiaturisa que oferecia a assistência técnica aos investidores, elaborando consultas de viabilidade de empreendimentos turísticos, pedidos de isenções fiscais, e projetos específicos dentre os quais pode-se destacar o do Hotel Meridien Bahia, Praiamar Hotel e Hilton Golf Cub Hotel. (BAHIATURSA..., 1973, p.16). Os programas de qualificação foram necessários para qualificar a mão-de-obra, já que o governo queria oferecer serviços de qualidade para ter uma imagem positiva da Bahia e, assim, atrair mais visitantes a cada ano.

4.2.5 Fluxo turístico e receita

Para aumentar o fluxo turístico da Bahia, foram adotadas medidas para consolidar e reforçar o mercado doméstico existente, sobretudo, porque a competitividade interna estava acirrada, com surgimento de novos mercados. O fluxo crescia a cada ano, devido à ação promocional da Bahiaturisa e à divulgação dos atrativos naturais, culturais e históricos da Bahia. De acordo com o trecho da notícia a seguir:

[...]. O maior elogio que podemos fazer à Bahiaturisa, nestes dez anos de atuação, é compararmos os índices de afluência turística ao estado, que antes eram quase inexpressivos, atingindo agora à casa de um milhão de visitantes este ano. A afirmação é do presidente do órgão oficial de apoio ao turismo na Bahia, Mário Calmon, que abriu a exposição comemorativa do 1º decênio de existência da empresa. [...]. (BAHIA..., 1978. p.3)

Apesar de a notícia afirmar o aumento do fluxo turístico na década de 1970, entretanto, a instituição no início da sua gestão, não contabilizava, apenas divulgava projeções em relação o número de visitantes e receita, o que dificulta a constatação desse índice. Além disso, os dados estatísticos estão fragmentados nos jornais. Para demonstrar o aumento entre os anos de 1980 e 2006, observe-se o Quadro 8, a seguir:

Quadro 08 – Fluxo Turístico e Receita (1980-2006)

PERÍODO	FLUXO TURISTICO (mil)	RECEITA (em US\$ mil)
1980	d/n	
1981	1.566,00	275,00
1982	1.593,00	279,00
1983	1.823,00	320,50
1984	1.936,00	340,00
1985	2.056,00	341,80
1986	2.546,00	448,00
1987	2.290,00	408,40
1988	2.040,00	360,10
1989	2.174,00	305,50
1990	1.726,00	322,30
1991	2.000,00	321, 30
1992	2.000,00	404, 50
1993	2.350,00	468, 50
1994	2.576,70	590, 70
1995	2.581,00	975.440
1996	2.802,00	1.122.260
1997	3.653.000	1.088.860
1998	3.792.220	1.024.880
1999	4.078.340	904.760
2000	4.330.820	954.260
2001	4.136.450	844.00
2002	4.427.860	917.00
2003	4.708.650	1.041.150
2004	4.897.000	1.093.210
2005	d/n	
2006	d/n	

Fonte: Adaptado da Bahiatursa a partir do relatório (1980-2006).

Nota-se que no decorrer dos anos houve um aumento expressivo no fluxo turístico da Bahia. Entretanto, a partir de 1995, já não era mais a Bahiatursa responsável pela política de turismo no estado e o mesmo ocorreu em 2006. Os altos índices do fluxo são provenientes do carnaval e do verão, período em que a Bahia mais recebe visitantes de várias nacionalidades. Alguns dados não foram possíveis verificar, como nos anos de 1980, 2005 e 2006, pois foram somente encontrada projeções dos anos, não era interessante registrar isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo constitui-se como uma das principais alternativas para o desenvolvimento econômico de uma região, propiciando divisas e emprego, porém, outras questões devem ser priorizadas como os efeitos ambientais e sociais. Por isso, a atividade necessita de planejamento integrado e participativo que envolva as comunidades.

Neste sentido, a Bahiatursa emerge no cenário turístico baiano com o objetivo de desenvolver o turismo mediante as estratégias turísticas implementadas pelo governo estadual. Este trabalho teve a finalidade de analisar a participação da Bahiatursa na rede turística do Estado da Bahia entre 1968 e 2006 verificando se as ações desenvolvidas pela Bahiatursa entre 1968 e 2006 contribuíram para o incremento da atividade turística na Bahia.

Para responder a inquietação anterior, durante o estudo buscou-se analisar se a participação da Bahiatursa foi relevante para o turismo da Bahia no período de 1968 a 2006; como se deu a implementação das políticas públicas para o turismo na Bahia por meio da Bahiatursa; e quais foram as ações da Bahiatursa para o incremento do turismo da Bahia.

As problemáticas citadas foram sendo respondidas gradualmente em cada um dos capítulos. Assim, a instituição inicialmente realizava a construção, reforma e ampliação de empreendimentos hoteleiros e, depois, passou a executar a política de turismo no estado. Estas ações foram identificadas como relevantes para o turismo da Bahia tornando o estado um dos destinos turísticos mais visitados no país. Para dinamizar o turismo, a Bahiatursa elaborou planos de desenvolvimento turístico importantes em parcerias com diversos órgãos. No entanto, não foi observado nos planos do governo do Estado da Bahia, atenção para o cumprimento de aspectos sociais e ambientais. Apesar de que as ações da Bahiatursa propõem a inserção da comunidade nos seus programas e projetos, notou-se que essas iniciativas não tiveram resultado, pois não foram divulgadas nos jornais notícias referente ao efeito dessas ações.

Ocorreu também que, a cada governo baiano, o turismo era tratado de maneira diferente. Em algumas gestões, a atividade era tratada como prioridade, uma atividade rentável para o estado. Para outros governantes, não tinha muita importância investir na infraestrutura turística.

Deste modo, o papel que coube à Bahiatursa foi de mera executora de ações isoladas e desintegradas. Para a atividade turística no estado, a ação da Bahiatursa foi tão determinante durante o período estudado, que se confunde o turismo enquanto vetor

econômico com funções restritas desempenhadas pela Bahiatursa, faltando uma maior participação da iniciativa privada e da sociedade em geral.

A instituição foi responsável por estimular a atividade turística mediante a qualificação dos serviços turísticos; organização do serviço de atendimento ao turista; estratégias de *marketing*, incluindo a divulgação do destino Bahia por meio de material promocional, como a revista Viver Bahia e a participação em eventos locais, nacionais e internacionais. Isto significa que o papel do Estado foi preponderante no modelo de desenvolvimento do turismo baiano nas últimas décadas.

Observa-se que as notícias encontradas nos jornais sobre a Bahiatursa foram mais publicadas nas décadas de 1970, 1980 e no início de 1990. A péssima condição dos jornais do período também dificultou para realização da pesquisa e em alguns dados e informações, principalmente em relação às datas apresentadas ocorreram divergências. Nesses casos, buscou-se a constatação por meio dos relatórios da própria intuição. Percebe-se também que depois da criação da Secretaria da Cultura e Turismo, do *Convention Bureau* e da Secretaria de Turismo, as ações da instituição foram restringidas apenas ao *marketing* e promoção. Contudo, fica evidenciado o papel ativo da Bahiatursa no desenvolvimento do turismo da Bahia.

Este trabalho possui como finalidade enriquecer a literatura referente à temática, além da possibilidade de influenciar futuros estudos a respeito da atividade e se tornar documento de pesquisa sobre o turismo na Bahia.

REFERÊNCIAS

10 Anos de Turismo na Bahia. **Jornal A Tarde**. 28 de ago de 1978. Caderno 2. p.1.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2001.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. **Direito do turismo: historia e legislação no Brasil e exterior**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

_____. **O início do direito do turismo brasileiro: breves relatos e anotações em meio a contradições**. Revista do Curso de Direito. Ano III-2008 – n.º 3 – Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/BADARO_08.pdf>. Acesso em: 16 abr 2012. Sociedade e direito em Revista

BARRETO, Margarita. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. (Coleção Turismo)

BAHIA, Governo do Estado da Bahia. **Balanco das ações do Governo do Estado: cinco anos**. 2011. Disponíveis em:<<http://www.comunicacao.ba.gov.br/conteudo/arquivos-para-download/BalancoGoverno5anos-WEB%20FINAL%2023.12.11.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. Secretaria do Turismo. **Organização institucional do Estado da Bahia**. 2012a. Disponível em:<<http://www.setur.ba.gov.br/guia-do-investidor/organizacao-institucional-do-estado-da-bahia/>>. Acesso em: 20 jul.2012.

_____. Secretaria do Turismo. **Porque investir na Bahia**. 2012b. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/guia-do-investidor/porque-investir-na-bahia/>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. Secretaria de Turismo. **Fluxo turístico**. 2011. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/indicadores/principais-indicadores/fluxo-turistico/>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Cultura e Turismo. **Relatório de atividades: 1995-2004**. Salvador. 2005a.

_____. Governo do Estado. Secretaria de Cultura e Turismo. **Século XXI- consolidação do turismo**: estratégia turística da Bahia 2003-2020. Salvador: A Secretaria, 2005b.

_____. Secretaria do Planejamento. **Trinta e cinco anos de planejamento da Bahia**. Salvador: SEPLAN, 2006a.

_____. Governador, 2003- (Paulo Ganem Souto). **Relatório de atividades**, 2005, Salvador: SEPLAN, 2006 b.

BAHIA. Lei nº 2.563 de 28 de agosto de 1968. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador. Ano LI. n. 8072, p.1.

BAHIA vai receber este ano quase um milhão de turistas. **Jornal A Tarde**. 29 ago de 1978, p.3.

_____. Fundação Centro de Projetos e Estudos CPE-Ba: **Empresa de Turismo, Bahia**: novas fronteiras do turismo. Salvador, 1991.

BAHIATURSA, Empresa de Turismo. **Apresentação**. 2012. Disponível em: <<http://www.bahiatursa.ba.gov.br/institucional/apresentacao/>>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. **Relatório**: 10 anos da Secretaria da Cultura e Turismo (1995- out.2004). Salvador, 2004.

_____. Empresa de Turismo da Bahia. **Bahiatursa 30 anos**: 1968-1998. Salvador. 1998.

_____. **Bahia turismo**: relatório 1979-1983. Salvador. 1984.

BAHIATURSA vai indicar restaurante e lançar “o pacote turístico”. **Jornal Diário de Notícias**. 11 abr 1976. Caderno Domingo, p.6.

BAHIATURSA. Relatório da Diretoria Exercício de 1972. **Jornal A Tarde**. 25 abr de 1973. p.16.

_____, **Estratégica de turística da Bahia**: 1991 a 2005. Salvador: Omar G., 2000.

BAHIATURSA vai ter bom assessoramento técnico. **Diário de Notícias**, 05 de jun. de 1971. Caderno 2.p. 5.

_____, **Relatório de atividades: 1991-1994**. Salvador, 1995.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2.ed.São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

BERTALANFFY, L. Von. **Teoria geral dos sistemas**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2. Ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Missão**: conheça os propósitos e objetivos do Ministério do Turismo, de suas secretarias e da Embratur.2012a . Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/missao/>. Acesso em: 20 maio 2012.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Turismo. **Quem somos**. 2012b. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/lai_embratur/opencms/acessoainformacao/menu/embratur/quem_somos.html>. Acesso em: 20 maio 2012.

CARVALHO, Alan Francisco de. **Políticas públicas em turismo no Brasil**. Sociedade e Cultura, v.3, n.1 e 2, jan/dez.2000. Disponível em: <http://revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/458/442>>. Acesso em: 20 jan 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CONCEIÇÃO, Rosangela Ferreira; ROCHA, Alynson dos Santos. Turismo no Brasil e na Bahia: desempenho, entraves e potencialidade para o segmento no século XXI. In: BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro; ANDRADE, Adriano Bittencourt (org.). **Turismo: academia e mercado**. Ponto & Vírgula Publicações, Salvador, 2009.

COVELLO, Fernandes Arnóbio. **Filosofia do Turismo**. Salvador: Trio Ltda, 1982.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001(Coleção Turismo).

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da teoria geral do Estado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: atlas, 2003.

EMTUR, Empreendimentos Turísticos. **Relatório de atividades: 10 anos de EMTUR (1976-1986)**. Salvador, 1987.

EVENTOS deste ano na Bahia deverão superar os de 1994. **Jornal A tarde**. 22 de fev. de 1995, p.7.

FALTA organização para manter a Bahia como atração turística. **Jornal A Tarde**. 7 de dez. 1970, p.9.

FERRAZ, Joandre Antônio. **Regime Jurídico do Turismo**. 2.ed. atualizada e ampl.Bauru,SP: EDIPRO, 2001.

FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria Geral do Estado**. Tradução Marlene Horlzhausen. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Justiça e Direito).

GARRIDO, Inez Maria Dantas Amor. **Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. (Coleção Selo Turismo).Disponível em:<http://www.adm.ufba.br/pub/publicacao/5/MPA/2001/349/inez_maria_dantas_amor_garrido.pdf – >. Acesso em: 16 maio 2012.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: política, processos e relacionamento**. 2. ed.São Paulo: Contexto, 2004 (Coleção Turismo Contexto).

HISTÓRIA do Brasil: 500 anos do país em uma obra completa, ilustrada e atualizada. . **Correio da Bahia**, Salvador, 1998.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2. Ed. São Paulo: Thomson, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados@.2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>>.Acesso em: 20 jul. 2012.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2001.(Série Turismo).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistema. São Paulo: Aleph, 2008. (Série Turismo).

MALUF, Shid. **Teoria geral do Estado**. 12 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Sugestão literária. 1981.

MAMEDE, Gladston. **Direito do turismo**: legislação específica aplicada. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 6. ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Vera. Turismo da Bahia progrediu com trabalho e investimento. **Jornal A Tarde**, Salvador, 14 nov. 1982. Caderno. Turismo e Automobilismo, p.3.

MEIRELLES. Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 17 ed. São Paulo: Malheiros editores. 1992.

MURICY, Ivana Tavares. Potencialidades e limites do turismo para o desenvolvimento das sociedades. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte – Bahia**. Salvador: SEI, 2009. (Série estudos e pesquisa).

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PEQUENOS hotéis se quiexam da Bahiatursa. **Diário de Notícias**, 14 de jan de 1976. Grande Salvador, p.3.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Bahia**: terra da felicidade. Salvador. Bahiatursa. 2006.

_____. **Turismo, realidade baiana e nacional**, Salvador: Bigraf, 1976.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. **Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. (Coleção selo turismo).

SALVADOR E LITORAL NORTE CVB: **o que é?** .Disponível em: <http://www.salvadorconvention.com.br/o_q_e_sbcvb.aspx>. Acesso em: 30 jul 2012.

SILVA, Francisca de Paula Santos. **Turismo em rede, uma teia de múltiplas relações**. Salvador: FACTUR/BA, 2000.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Participação do PIB da Bahia no PIB do Brasil. 2010**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=148&Itemid=235#1. Acesso em 20 jul. 2012.

TURISMO gera riqueza sem poluir o ambiente. **Jornal A Tarde**. 11 out. 1983. Cad. Região Metropolitana de Salvador, p.3.

TURISMO já ocupa lugar de destaque na economia a baiana. **Jornal da Bahia**. 31 dez de 1986. p.14.

TURISMO e Salvador ganham com nova fase de Bahiatur. **Jornal da Bahia**. 7 e 8 de jan. 1968, Caderno 2, p.3.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. **Introdução à administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática**. Tradução de Luiz Roberto de Moraes Junqueira. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

APÊNDICE A - Os órgãos oficiais de turismo dos estados do Brasil.

ESTADOS	ÓRGÃOS OFICIAIS DE TURISMO
Alagoas	Secretaria de Turismo de Alagoas
Amazonas	Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – Amazonastur
Amapá	Secretaria de Estado do Turismo do Amapá
Acre	Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer
Bahia	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
Ceará	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará
Distrito Federal	Empresa Brasiliense de Turismo - BrasíliaTur
Espírito Santo	Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo
Goiás	Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo
Maranhão	Secretaria de Estado do Turismo do
Mato Grosso	Secretaria de Desenvolvimento do Turismo do Mato Grosso
Mato Grosso do Sul	Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul – Fundtur/MS
Minas Gerais	Secretaria de Estado de Minas Gerais
Pará	Companhia Paraense de Turismo – Paratur
Paraíba	Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraíba
Paraná	Secretaria de Estado do Turismo do
Pernambuco	Secretaria de Turismo de Pernambuco
Piauí	Secretaria de Turismo de Piauí
Rio Grande do Norte	Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul	Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul
Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer do Rio de Janeiro
Rondônia	Superintendência Estadual do Turismo de Rondônia
Roraima	Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Roraima
Santa Catarina	Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte de
São Paulo	Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo
Sergipe	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo de Sergipe
Tocantins	Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado de Tocantins

Fonte: Adaptado de Turismo no Brasil 2011-2014, disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outras_estudos/downloads_outroestudos/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf. Acesso em : 20 maio 2012

APÊNDICE B - Presidentes e diretores da Bahiatura entre 1968 e 2006.

ANO	PRESIDENTE	GOVERNO	DIRETORES
1968-1971	Antônio Carlos Moisés	Luiz Viana Filho	Financeiro: José Isaías Mascarenhas Técnico: Cley Andrade
1971-1975	Manoel Castro	Antônio Carlos Magalhães	Financeiro: José Calasans Filho Técnico: Maurício Magalhães Stern Administrativo: Herval Marques Pedreira
1975-1979	Mário Calmon	Roberto Santos	Financeiro: Antônio Lins Freire/ Marinaldo Moradillo Mello Administrativo: Carlos Alberto Medrado Santos Técnico: Eustórgio Lima Cavalcanti
1979-1983	Paulo Gaudenzi	Antônio Carlos Magalhães João Durval Carneiro	Administrativo Financeiro: Eduardo José Batista do Nascimento Planejamento: Eustórgio Lima Cavalcanti Operações: Dionízio de Souza Martins/Virgínio José Ferreira Loureiro
1983-1987	Paulo Gaudenzi	Antônio Carlos Magalhães João Durval Carneiro	Administrativo financeiro: Valdumiro Nascimento Galindo Planejamento: Alfredo Carvalho de Macedo Costa Promoção: Virgínio José Ferreira Loureiro Operações: Francisco Fontes Hupsel/ Antônio Cláudio Magnavita de Castro
1987-1990	Sylvio Simões	Waldir Pires Nilo Coelho	Planejamento: Sérgio Carlos Andrade Borges Promoções: Edson Barbosa da Silva filho Técnico: Oswaldo Gomes Filho Armando Colavolpe Operações: Tereza Guimarães Chagas
1990-1991	Evandro Lisboa	Nilo Coelho	Administrativo Financeiro: Armando Colavolpe Operações: Luiz Vicente Meirelles Paolina
1991-1995	Paulo Gaudenzi	Antônio Carlos Magalhães Antônio Imbassahy Paulo Souto	Administrativo-Financeiro: Érico Pina Mendonça Júnior/Antônio Carlos Gomes Superintendente: Álvaro Martins dos Santos Netto Técnica: Tânia Redig Lisboa Simões de Freitas Marketing: Virgínio Jose Ferreira Loureiro/Sérgio Barbosa da Silva
1995-1996	Paulo Gaudenzi	Antônio Carlos Magalhães Antônio Imbassahy Paulo Souto	Superintendente: Álvaro Martins dos Santos Netto Administrativo-Financeiro: Antônio Carlos Gomes técnico: Tânia Redig Lisboa Simões Feitas Diretor marketing: Sérgio Barbosa da Silva /Marinaldo Moradillo Mello
1997-1999	Marinaldo Moradillo	Paulo Souto César Borges	Administrativo-financeiro: Antônio Carlos Gomes Operações: Álvaro Martins dos Santos

			Netto Marketing: Tânia Redig Lisboa Simões de Freitas Promoção: Virgínio José Ferreira Loureiro
1999-2003	Paulo Gaudenzi	César Borges Otto Alencar	Serviços Turísticos: Fernando Antônio de Goés Oliveira Operações: Juciara Cunha Melo/Guy Padilha Luz Filho Marketing Nacional: João Cláudio Freire de Carvalho/Cláudio Pinheiro Taboada Marketing Internacional: Virgínio Jose Ferreira Loureiro/Luciane Farias Leite
2003-2006	Cláudio Taboada	Paulo Souto	Administração e Finanças: Guy Padilha Luz Filho Serviços Turísticos: Fernando Antônio de Goés Oliveira Relações nacionais: Luciana Costa Meireles Relações Internacionais: Luciane Farias Leite/George Melo Barreto

Fontes: Elaborado pela autora baseada em relatórios da Bahiatursa de 1970-2006

APÊNDICE C – Eventos realizados e a participação da Bahiatursa.

EVENTOS REGIONAIS	LOCAIS
Regata dos Saveiros	Salvador e Recôncavo
Feira dos Caxixis	Nazaré
Noite do Samba	Salvador
Feira do Porto	Cachoeira
I Seminário de Avaliação da Oferta Turística	Salvador
Encontro de Secretários de Diretores de Turismo Norte-Nordeste	Salvador
II Encontro de Governadores para a Defesa do Patrimônio	Salvador
Palestra sobre o Turismo: fonte de divisa para a Bahia	Salvador
Feira de Artesanato	Salvador
I Festival Nordeste de Batidas	Salvador
Feira de Arte Popular do Nordeste	Salvador
II Seminário de Administração Hotelaria	Salvador
Dia do Samba	Salvador
I Encontro Regional de Artesanato do Nordeste	Salvador
Seminário Folclore	Salvador
São João	Cachoeira
2 de Julho	Salvador
Festival de Arte de Cachoeira	Cachoeira
Festival de Arte da Ufba	Salvador
Reunião da CTI/NE	Paulo Afonso
Festa da Boa Morte	Cachoeira
Carnaval	Salvador
VI Temporada Universitária de Juazeiro	Juazeiro
I Feira de Artesanato Baiano	Salvador
VII Jornada Brasileira de Curta Metragem	Salvador

EVENTOS NACIONAIS	LOCAIS
Feira da Bahia	São Paulo
Semana Carioca de Turismo	Rio de Janeiro
Feira dos Estados	Brasília
Feira da Bondade	Sergipe
XVII Congresso Nacional de Hotelaria	Minas Gerais
I Seminário Turismo da Amazônica	Manaus
Comissão de Turismo Integrado do Nordeste	Fortaleza
Congresso da Confederação de Turismo da América Latina (COTAL)	São Paulo
I Congresso Extraordinário Interamericano de Turismo	Rio de Janeiro
VII Bazar dos Estados	São Paulo
Congresso da ASTA	Rio de Janeiro
I Reunião Oficial de Turismo	Rio de Janeiro
II Reunião Oficial de Turismo	Brasília
IV Feira Nacional de Artesanato	Rio Grande do Sul
XXII Convenção Nacional de Lions	São Paulo
II Expositur – Exposição Nacional de Turismo -	Porto Alegre
Feira de Lazer e Turismo	São Paulo
Congresso Nacional dos Agentes de Viagem	Brasília
II Reunião Nacional do Sistema de Turismo	Rio de Janeiro
I EXPORTE e Encontro Nacional de Turismo	Rio Grande do Sul
XL Reunião da CTI/NE	Rio Grande do Norte
VI Congresso Brasileiro de Agência de Viagens	Brasília
Reuniões da CTI/NE	Sergipe, Alagoas e Maranhão
II Encontro do Nordeste	São Paulo e Rio de Janeiro
Festival de Comidas Nordestina	Rio de Janeiro
Ceia Baiana	Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro,

IV EXANOR	Ceara
IV Feira Nacional de Artesanato (FENART)	Rio de Janeiro, rio Grande do Sul
X Bazar dos Estados	Recife e Pernambuco
IV Congresso da Associação Brasileira de Agente de Viagens	Ceara e PR
Semana Carioca de Turismo	Rio de Janeiro
I Encontro Nacional de Campismo	Rio de Janeiro
II Encontro de Artesanato do Nordeste	Brasília
Feira da Providencia	Rio de Janeiro
<i>Brazil Travel Mart</i>	Rio de Janeiro
Feira da Bahia	São Paulo
I Encontro Brasileiro de Empresa Turística	São Paulo
Comissão de Turismo Integrado do Nordeste	Maranhão
Feira da Providência	Rio de Janeiro, Pará
V Feira dos Municípios	Espírito Santo
VI Feira da Paz	Minas Gerais
XI Feira da Bondade	São Paulo
IV Rio Expo – Fair	Rio de Janeiro
Semana Nordestina – SP	São Paulo
II Exanor – Exposição de Artesanato Nordestino –	Ceara
IV Feart – Feira Nacional de Artesanato	Rio Grande do Sul
IV Encontro da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste – CNTI/NE	Aracaju
XII Encontro da Comissão de Turismo Integrada do Nordeste	Maceió
I Festival Nordeste de Batidas	Recife

EVENTOS INTERNACIONAIS	
Feira de Madrid	Madrid
Congresso da ASTA	México
11.ª Bolsa Internacional de Turismo	Berlim
VX Congresso da Confederação de Turismo da América Latina – COTAL –	Panamá
II Convenção Nacional de Hotelaria	Nova Friburgo
Conferência da ASTA	Estados Unidos
Congresso Mundial de Skal Clubs –	Cingapura
Promoção de Turismo Latino-Americano dos Agentes de Viagens Europeus (EURO-COTAL)	Áustria
X Congresso da COTAL	Porto Rico
Congresso da ASTA	Madri e Acapulco

Fontes: Elaborado pela autora baseada em relatórios da Bahiatursa de 1970-2006

ANEXO A - Lei nº. 6.812 de 18 de janeiro de 1995

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria da Cultura e Turismo, com a finalidade de executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento do Turismo e do lazer.

Art. 2º - A Secretaria da Cultura e Turismo tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgão Colegiado:

a) Conselho Estadual de Cultura.

II - Órgãos da Administração Direta:

a) Gabinete do Secretário;

b) Assessoria de Planejamento;

c) Serviço de Administração Geral;

d) Inspeção Setorial de Finanças;

e) Núcleo de Desenvolvimento da Administração;

f) Coordenação de Cultura;

g) Coordenação de Desenvolvimento do Turismo.

III - Órgão em Regime Especial de Administração Direta:

a) Arquivo Público do Estado da Bahia.

IV - Entidades da Administração Indireta:

a) Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC;

b) Fundação Cultural do Estado da Bahia;

c) Fundação Pedro Calmon - Centro da Memória da Bahia;

d) Empresa de Turismo da Bahia S/A - BAHIATURSA.

§ 1º - O Gabinete do Secretário tem por finalidade prestar assistência ao Secretário em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa à sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas da Secretaria.

§ 2º - A Assessoria de Planejamento, o Serviço de Administração Geral, a Inspeção Setorial de Finanças e o Núcleo de Desenvolvimento da Administração exercerão as competências previstas na legislação dos respectivos sistemas.

§ 3º - A Coordenação de Cultura tem por finalidade coordenar, desenvolver e acompanhar estudos, pesquisas e ações de apoio à criação, produção e consumo dos bens culturais.

§ 4º - A Coordenação de Desenvolvimento do Turismo tem por finalidade coordenar, desenvolver e acompanhar programas e projetos visando o desenvolvimento do turismo no Estado.

§ 5º - O Conselho Estadual de Cultura, o Arquivo Público do Estado da Bahia, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, a Fundação Cultural do Estado da Bahia e a Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória da Bahia, atualmente integrantes da estrutura básica da Secretaria da Educação e Cultura, e a Empresa de Turismo da Bahia S/A - BAHIA TURSA, vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, passam a compor a estrutura básica da Secretaria da Cultura e Turismo, exercendo as competências previstas na legislação respectiva.

Art. 3º - Ficam criados os seguintes órgãos:

I - Na Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária:

a) o Departamento de Defesa Agropecuária, com a finalidade de promover e executar a defesa sanitária animal e vegetal, o controle e a inspeção dos produtos de origem animal e vegetal;

b) o Departamento de Desenvolvimento Florestal, com a finalidade de coordenar, supervisionar e executar a política florestal, no âmbito do Estado.

II - Na Secretaria da Educação, a Coordenação de Educação Superior, com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações concernentes às atividades de educação superior do Estado;

III - Na Secretaria da Saúde, a Auditoria do Sistema Único de Saúde, com competência para estabelecer sistemas de fiscalização e controle interno das atividades relativas à prestação de serviços do SUS;

IV - Na Casa Militar do Governador, a Coordenação de Aviação, com a finalidade de coordenar e controlar as atividades relativas à operação e utilização de aeronaves no serviço público estadual.

Parágrafo único - O cargo de Coordenador do órgão de que trata o inciso IV deste artigo é privativo de piloto de linha aérea, com experiência profissional efetiva como comandante e instrutor de grande porte com propulsão a jato.

Art. 4º - Ficam criadas as seguintes entidades:

I - mediante a fusão da Fundação Centro de Projetos e Estudos e da autarquia Centro de Estatística e Informações, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, sob a forma de autarquia, vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, com a finalidade de elaborar estudos e projetos, bem como prover a base e difundir as informações estatísticas e geográficas visando à formulação de políticas públicas, planos e programas de desenvolvimento do Estado, sendo o seu patrimônio constituído pelos bens e direitos e afetados aquelas entidades.

II - a Superintendência de Recursos Hídricos, sob a forma de autarquia, vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, com a finalidade de desenvolver e executar projetos, políticas públicas, medidas e providências relativas à disciplina, uso e gestão dos recursos hídricos do Estado, sendo o seu patrimônio constituído pelos bens e direitos do Estado, afetados à Coordenação de Recursos Hídricos, extinta na forma desta Lei.

Parágrafo único - A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia será estruturada em duas áreas que preservarão as denominações de Centro de Projetos e Estudos - CPE e Centro de Estatística e Informações - CEI.

Art. 5º - Ficam extintos, na estrutura da Administração Pública do Estado, os seguintes órgãos e entidades:

I - Na Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, o Centro de Desenvolvimento Municipal e Urbano - CEMUR;

II - Na Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação, a Coordenação de Recursos Hídricos, sendo suas atividades e acervo transferidos para a Superintendência de Recursos Hídricos, autarquia criada na forma desta Lei.

Art. 6º - O Museu de Ciência e Tecnologia passa a integrar a estrutura da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Art. 7º - A Secretaria da Educação e Cultura, as Diretorias Regionais de Educação e Cultura e a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo passam a ter as seguintes denominações:

I - Secretaria da Educação;

II - Diretorias Regionais de Educação;

III - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração.

Art. 8º - Para atender à implantação dos novos órgãos e entidades criados por esta Lei, e às adequações na estrutura da Administração Pública Estadual, ficam criados os cargos de provimento em comissão, constantes do anexo I.

Art. 9º - Ficam extintos os cargos em comissão constantes do anexo II.

Art. 10- A estrutura de cargos em comissão da Escola de Serviço Público - FUNDESP e do Instituto Anísio Teixeira - IAT, passam a ser os constantes do anexo III.

Art. 11 - A estrutura de cargos em comissão do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB e seus respectivos vencimentos, passam a ser os constantes do anexo IV.

Art. 12 - Os cargos em comissão de Subgerente, símbolo DAI-4, do Serviço de Administração Geral, e de Chefe de Seção, símbolo DAI-5, da Inspeção Setorial de Finanças, das Secretarias de Administração; Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária; Energia, Transportes e Comunicações; Governo; Indústria e Comércio; Justiça e Direitos Humanos; Planejamento, Ciência e Tecnologia; Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação; Segurança Pública; do Trabalho e Ação Social e da Procuradoria Geral do Estado, ficam transformados, respectivamente, em Gerente, símbolo DAS-3 e Subgerente, símbolo DAI-4.

Parágrafo único - Ficam, igualmente, transformados em Subgerente, símbolo DAI-4, os atuais cargos de Chefe de Seção, símbolo DAI-5, da Inspeção Setorial de Finanças, da Secretaria da Fazenda.

Art. 13 - Os atuais cargos em comissão de Coordenador de Representação, símbolo DAS-2C, e de Gerente de Representação, símbolo DAS-3, ficam transformados, respectivamente, em Assessor Especial, símbolo DAS-2C e em Assistente, símbolo DAS-3, podendo seus ocupantes servirem em representação ou escritório do Governo do Estado da Bahia em outras unidades da Federação.

Art. 14 - A estrutura de cargos em comissão das Secretarias de Estado e da Procuradoria Geral do Estado, fica acrescida de mais um cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-2C e de mais um Coordenador II, símbolo DAS-3, e um de Secretário Administrativo I, símbolo DAI-5, destinando-se os dois últimos cargos aos correspondentes Núcleos de Desenvolvimento da Administração - NDA.

Art. 15 - O cargo em comissão de Coordenador do Centro de Estudos, da Procuradoria Geral do Estado, passa a ter o símbolo DAS-2C, ficando criado na estrutura do órgão, na lotação daquele Centro, um cargo em comissão de Coordenador de Expediente, símbolo DAI-4.

Art. 16 - Os cargos em comissão de Diretor, símbolo DAS-2C, Diretor Adjunto, símbolo DAS-3 e o de Diretor de Divisão Policial, símbolo DAS-3 dos Departamentos de Polícia Metropolitana, de Polícia do Interior e do Departamento de Investigações Criminais, da estrutura da Polícia Civil da Bahia, órgão da Secretaria da Segurança Pública, passam a ter os símbolos DAS-2B, o primeiro, e DAS-2C, os demais.

Art. 17 - Os cargos em comissão de Coordenador Geral, símbolo DAS-2B, Coordenador I, símbolo DAS-2C, e de Coordenador Adjunto, símbolo DAS-3, da Coordenação Central de Planejamento, passam a ter denominação e símbolo, respectivamente, de Coordenador Central de Planejamento, DAS-2A, Coordenador Geral, DAS-2B e Coordenador Adjunto, DAS-2C, e os de Diretor, símbolo DAS-2C, dos Departamentos do Tesouro e de Administração Tributária, da estrutura da Secretaria da Fazenda, símbolo DAS-2B.

Art. 18 - Dentre os cargos em comissão de Assistente, símbolo DAS-3, criados pela Lei nº 6.317, de 9 de agosto de 1991, modificada pela Lei nº 6.354, de 30 de dezembro de 1991, cinco passam a ter a denominação de Assistente I e símbolo DAS-2C. Citado por 1

Art. 19 - A estrutura dos cargos em comissão da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, fica acrescida de um cargo de Subsecretário, símbolo DAS-1.

Art. 20 - Fica mantida a jornada de trabalho de quarenta horas semanais dos servidores públicos do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED, fundação pública vinculada a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, com a respectiva tabela de vencimentos.

Art. 21 - O art. 33, da Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991, fica acrescido de dois parágrafos, na forma seguinte:

§ 1º - Ficam criados dois cargos em comissão de Chefe de Gabinete, símbolo DAS-2A, seis Assessores Técnicos, símbolo DAS-3, dois de Assistente, símbolo DAS-3 e dois de Secretário de Gabinete, símbolo DAS-3, que integrarão, em igual número, cada um dos Gabinetes dos Secretários Extraordinários, que só serão providos se também o forem os cargos de que trata este artigo.

§ 2º - Desprovidos os cargos de Secretário Extraordinário serão também desprovidos, na mesma data, os cargos que integram o seu Gabinete."

Art. 22 - O § 9º do art. 36 da Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991, passa a ter a seguinte redação:

§ 9º - A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola tem por finalidade básica executar programas, projetos e atividades de pesquisa, desenvolvimento e experimentação e extensão rural".

Art. 23 - O art. 8º, da Lei nº 4.795, de 11 de agosto de 1988, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8º - São privativos de ocupantes de cargos de Procurador da Fazenda Estadual ou de Procurador do Estado os cargos em comissão de Diretor e Gerente, símbolos DAS-2C e DAS-3, respectivamente, da estrutura da Procuradoria da Fazenda Estadual - PROFAZ."

Art. 24 - O artigo 78 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 78 - O servidor investido em cargo de provimento permanente terá direito a perceber, pelo exercício do cargo de provimento temporário, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor correspondente ao símbolo respectivo ou optar pelo valor integral do símbolo, que neste caso, será pago como vencimento básico enquanto durar a investidura ou ainda pela diferença entre este e a retribuição do cargo seu efetivo".

Art. 25 - O artigo 84, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º.

§ 3º - O servidor beneficiado pela estabilidade econômica na forma do art. 92 desta Lei, terá o adicional de tempo de serviço a que faça jus calculado sobre o valor do símbolo do cargo em que tenha se estabilizado, quando for este superior ao vencimento do cargo permanente que ocupe."

Art. 26 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover, mediante decreto, no prazo de noventa dias, as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento desta Lei, respeitados os valores globais constantes do orçamento vigente e obedecendo o disposto no art. 161, § 4º, da Constituição do Estado.

Parágrafo único - A autorização constante deste artigo inclui a abertura de créditos especiais destinados à criação de categorias de programação indispensáveis ao funcionamento de órgãos e entidades instituídos por esta Lei.

Art. 27 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 18 de janeiro de 1995.

PAULO SOUTO

Governador

Sérgio Augusto Martins Moysés

Secretário da Administração

Edilson Souto Freire

Secretário da Educação

Rodolpho Tourinho Neto

Secretário da Fazenda

Pedro Barbosa de Deus

Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Eraldo Tinoco Melo

Secretário de Energia, Transporte e Comunicações

Pedro Henrique Lino de Souza

Secretário de Governo

Jorge Khoury Hedaye

Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

Luiz Antônio Vasconcellos Carreira

Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

José Maria de Magalhães Netto

Secretário da Saúde

Heraldo Eduardo Rocha

Secretário do Trabalho e Ação Social

Ivan Nogueira Brandão

Secretário da Justiça e Direitos Humanos

Roberto Moussallem de Andrade

Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação

Francisco de Souza Andrade Netto

Secretário da Segurança Pública

Paulo Renato Dantas Gaudenzi

ANEXO B - Lei nº. 10.549 de 28 de dezembro de 2006

Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Administração Pública Estadual fica modificada na forma da presente Lei.

Art. 2º - Ficam alteradas as denominações das seguintes Secretarias de Estado:

I - Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte - SETRAS, para Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE;

II - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais - SECOMP, para Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES;

III - Secretaria de Governo - SEGOV para Casa Civil;

IV - Secretaria de Cultura e Turismo - SCT, para Secretaria de Cultura - SECULT;

V - Secretaria da Justiça e Direitos Humanos - SJDH, para Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH.

Art. 3º - Ficam criadas as seguintes Secretarias:

I - Secretaria de Relações Institucionais - SERIN;

II - Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPROMI;

III - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR;

IV - Secretaria de Turismo - SETUR.

Art. 4º - Ficam transferidas as seguintes atividades, funções, fundos, órgãos e entidades:

I - da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES:

a) a Superintendência de Assistência Social;

b) o Fundo Estadual de Assistência Social, de que trata a Lei 6.930/95;

c) o Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente, de que trata a Lei 6975/96;

d) a Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC;

e) o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS;

f) o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - CECA;

g) a Comissão Interinstitucional de Defesa Civil - CIDEC;

h) a Coordenação de Defesa Civil - CORDEC;

II - da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES, para a Casa Civil, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP, instituído pelo art. 4º da Lei 7.988/2001;

III - da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES, para a Casa Civil:

a) a Diretoria Executiva do FUNCEP criada pelo art. 2º, II, “c” e § 8º da Lei 7.988/2001, com as alterações introduzidas pela Lei 9.509/2005, exceto a Coordenação de Orçamento e Finanças;

b) o Conselho de Políticas de Inclusão Social;

c) a Câmara Técnica de Gestão de Programas;

IV - da Casa Civil:

a) para a Secretaria de Relações Institucionais – SERIN: as funções de coordenação de assuntos legislativos;

b) para o Gabinete do Governador, órgão vinculado diretamente ao Governador: a Ouvidoria Geral do Estado, a Secretaria Particular do Governador, o Escritório de Representação do Governo, o Cerimonial e a Assessoria Especial do Governador;

V - da Secretaria de Cultura para a Secretaria de Turismo - SETUR:

a) a Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos;

b) a Empresa de Turismo da Bahia S/A – BAHIA TURSA;

VI - da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH, para a Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPRMI:

a) o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra;

b) o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher;

VII - da Secretaria do Planejamento - SEPLAN para a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR:

a) os Conselhos Regionais de Desenvolvimento;

b) a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR.

Art. 5º - As estruturas básicas da Secretaria de Relações Institucionais - SERIN, da Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPROMI e da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR, não conterão a Diretoria Geral prevista no art. 2º da Lei 7.435/98.

Parágrafo único - Fica criada a Diretoria de Administração e Finanças em cada uma das Secretarias referidas neste artigo e no Gabinete do Governador, tendo por finalidade o planejamento e coordenação das atividades de programação, orçamentação, acompanhamento, avaliação, estudos e análises, administração financeira e de contabilidade, material, patrimônio, serviços, recursos humanos, modernização administrativa e informática.

Art. 6º - A Secretaria de Relações Institucionais - SERIN tem por finalidade a coordenação política do Poder Executivo e de suas relações com os demais Poderes das diversas esferas de Governo, com a sociedade civil e suas instituições.

§ 1º - A Secretaria de Relações Institucionais - SERIN tem a seguinte estrutura básica:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Diretoria de Administração e Finanças;
- c) Coordenação de Assuntos Legislativos;
- d) Coordenação de Assuntos Federativos;
- e) Coordenação de Articulação Social.

Parágrafo único - As Coordenações têm por objetivo o planejamento, a execução e o controle das atividades a cargo da Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 7º - A Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPROMI tem por finalidade planejar e executar políticas de promoção da igualdade racial e proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância, bem assim, planejar e executar as políticas públicas de caráter transversal para as mulheres.

§ 1º - A Secretaria de Promoção à Igualdade - SEPROMI tem a seguinte estrutura básica:

I - ÓRGÃOS COLEGIADOS:

- a) Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra;
- b) Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher;

II - Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Diretoria de Administração e Finanças;

c) Superintendência de Políticas para as Mulheres;

d) Superintendência de Promoção da Igualdade Racial.

§ 2º - A Superintendência de Políticas para as Mulheres tem por finalidade orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades voltadas à implementação de políticas para as mulheres, implementar ações afirmativas e definir ações públicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres e de combate à discriminação.

§ 3º - A Superintendência de Promoção da Igualdade Racial tem por finalidade orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades voltadas à implementação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.

§ 4º - Fica acrescida à composição do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra e do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, de que tratam as alíneas “a” e “b” do art. 17 da Lei nº 4.697/87, a representação da Secretaria de Promoção da Igualdade - SEPROMI.

Art. 8º - A Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR tem por finalidade planejar e coordenar a execução da política estadual de desenvolvimento regional integrado; formular, em parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, os planos e programas regionais de desenvolvimento; estabelecer estratégias de integração das economias regionais; acompanhar e avaliar os programas integrados de desenvolvimento regional.

§ 1º - A Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos Colegiados:

a) Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

II - Órgãos da Administração Direta:

a) Gabinete do Secretário;

b) Diretoria de Administração e Finanças;

c) Coordenação de Políticas do Desenvolvimento Regional;

d) Coordenação de Programas Regionais;

III - Entidade da Administração Indireta:

a) Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR.

§ 2º - As coordenações têm por objetivo o planejamento, a execução e o controle das atividades a cargo da Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR, conforme dispuser o regulamento.

Art. 9º - O Gabinete do Governador, órgão de assistência direta e imediata ao Governador, tem a seguinte estrutura básica:

- a) Chefia do Gabinete;
- b) Ouvidoria Geral do Estado;
- c) Secretaria Particular do Governador;
- d) Cerimonial;
- e) Assessoria Especial do Governador;
- f) Assessoria Internacional;
- g) Escritório de Representação do Governo;
- h) Diretoria de Administração e Finanças.

Parágrafo único - Fica criado o cargo de Chefe de Gabinete do Governador, ao qual são asseguradas as prerrogativas, representação, remuneração e impedimentos de Secretário de Estado, cabendo-lhe a supervisão e a coordenação dos órgãos integrantes da estrutura do Gabinete do Governador, a elaboração da agenda e o exercício de outras atribuições designadas pelo Governador.

Art. 10 - A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE tem por finalidade planejar e executar as políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, de economia solidária e de fomento ao esporte.

Parágrafo único - Fica criada na Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE a Superintendência de Economia Solidária, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e acompanhar as ações e programas de fomento à economia solidária.

Art. 11 - A Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES tem por finalidade planejar, coordenar, executar e fiscalizar as políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional e de assistência social.

§ 1º - A Superintendência de Apoio à Inclusão Social, passa a ser denominada Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar, com a finalidade de promover as ações de inclusão social e de assistência alimentar, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º - Fica extinta a Superintendência de Articulação e Programas Especiais.

Art. 12 - A Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos Colegiados:

- a) Comissão Interinstitucional de Defesa Civil - CIDEDEC;
- b) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CECA;
- c) Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS;
- d) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia - CONSEA – BA;

II - Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Diretoria Geral;
- c) Superintendência de Assistência Social;
- d) Superintendência de Inclusão e Assistência Alimentar;

III - Órgão em Regime Especial de Administração Direta:

- a) Coordenação de Defesa Civil - CORDEC.

IV - Entidade da Administração Indireta:

- a) Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC.

Parágrafo único - O Secretário do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES passa a integrar na condição de presidente, o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CECA e a Comissão Interinstitucional de Defesa Civil - CIDEDEC.

Art. 13 - A Secretaria de Turismo - SETUR tem por finalidade planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo.

§ 1º - A Secretaria de Turismo - SETUR tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Diretoria Geral;
- c) Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos;
- d) Superintendência de Serviços Turísticos.

II - Entidade da Administração Indireta:

a) Empresa de Turismo da Bahia S/A - BAHIA TURSA.

§ 2º - A Superintendência de Serviços Turísticos tem por finalidade planejar e executar programas e projetos de qualificação de serviços e mão-de-obra, capacitação empresarial, certificação de qualidade, regulação e fiscalização de atividades turísticas.

Art. 14 - Ficam criadas:

I - na Secretaria da Agricultura - SEAGRI: a Superintendência de Agricultura Familiar, com a finalidade de orientar, apoiar, coordenar, acompanhar, controlar e executar programas e atividades voltados ao fortalecimento da agricultura familiar.

II - na Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH:

a) a Coordenação Executiva de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a finalidade de promover e fortalecer o desenvolvimento dos programas e ações voltados para a defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

b) a Coordenação de Políticas para os Povos Indígenas, vinculada à Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos.

Art. 15 - Para atender à implantação dos novos órgãos criados por esta Lei e às adequações na estrutura da Administração Pública Estadual, ficam criados 04 (quatro) cargos de Secretário de Estado e os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 16 - Ficam extintos os cargos em comissão constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 17 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:

I - a revisão e a elaboração dos regimentos, estatutos e outros instrumentos regulamentadores para adequação das alterações organizacionais decorrentes desta Lei;

II - as modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento desta Lei, respeitados os valores globais constantes do orçamento do exercício de 2007.

Parágrafo único - As modificações de que trata o inciso II deste artigo incluem a abertura de créditos especiais destinados, exclusivamente, à criação de categorias de programação indispensáveis ao funcionamento de órgãos criados ou decorrentes desta Lei, respeitado o Art. 7º da Lei Orçamentária de 2007.

Art. 18 - Fica o Poder Executivo autorizado a praticar os atos necessários à continuidade dos serviços, até a definitiva estruturação dos órgãos criados ou reorganizados por esta Lei.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2007.

Art. 20 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 28 de dezembro de 2006.

PAULO SOUTO
Governador

Ruy Tourinho
Secretário de Governo Armando Avena Filho
Secretário do Planejamento

Ana Lúcia Barbosa Castelo Branco
Secretária da Administração
Walter Cairo de Oliveira Filho
Secretário da Fazenda

Pedro Barbosa de Deus
Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
Anaci Bispo Paim
Secretária da Educação

Cláudio Melo
Secretário de Infra-Estrutura
Sérgio Ferreira
Secretário da Justiça e Direitos Humanos

José Antônio Rodrigues Alves
Secretário da Saúde
José Luiz Pérez Garrido
Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

Eduardo Oliveira Santos
Secretário do Trabalho, Assistência Social e Esporte
Edemilson Nunes de Almeida
Secretário da Segurança Pública

Paulo Renato Dantas Gaudenzi
Secretário da Cultura e Turismo
Clodoveo Piazza
Secretário de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais

Rafael Lucchesi
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação
Roberto Moussallem de Andrade
Secretário de Desenvolvimento Urbano

Vladimir Abdala Nunes
Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

ANEXO C - Lei nº 2.563 de 28 de agosto de 1968

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA

ANO LI SALVADOR, QUINTA – FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 1968 N. 8072

Atos do Poder Legislativo

Lei Nº 2.563 de 28 de agosto de 1968

Autoriza ao Poder Executivo a criar uma Sociedade por ações para exploração no Estado da Bahia da indústria e comércio hoteleiro de interesse e fomento ao turismo e dá outras providências.

O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, na forma desta Lei, uma Sociedade por ações que se denominará Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A. - Bahiatursa.

Art. 2º - A sociedade terá por objeto:

- a) construir e estimular a construção ou adaptação de hotéis, motéis e pousadas de interesse turístico no Estado da Bahia;
- b) reformar e ampliar as instalações e serviços de hotéis de Itaparica e Cipó dando-lhes condições adequadas ao desenvolvimento do turismo naquelas estâncias hidro-minerais.

Parágrafo único - Para a consecução dos seus objetivos a sociedade poderá firmar convênios e contratos com entidades públicas e particulares nacionais ou estrangeiras.

Art. 3º - A sociedade terá inicialmente o capital de NCr\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros novos) divididos em dez milhões de ações nominativas, no valor de NCr\$1,00 (hum cruzeiro novo) cada uma sendo sete milhões de ações ordinárias com direito a voto e três milhões de ações preferenciais, sempre sem direito a voto e inconversíveis em ações ordinárias.

§ 1º - As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendo mínimo de 8% (oito por cento).

§ 2º - As ações da sociedade poderão ser agrupadas em títulos múltiplos de 100 a 100.000 ações sendo nos Estatutos regulados o agrupamento e o desdobramento de acordo com a vontade do acionista.

§ 3º - As ações da sociedade serão admitidas como caução nas concorrências públicas realizadas pela administração pública estadual.

Art. 4º - O Estado subscreverá no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do valor do capital referente às ações ordinárias, e para sua integralização disporá dos bens móveis e imóveis individualizados pelos terrenos, construções, móveis e utensílios todos próprios do Estado atualmente existentes nas estâncias hidrominerais de Itaparica e do Cipó.

§ 1º - Na fixação do capital inicial, considerar-se-á que os bens e utensílios indicados, neste artigo, correspondem no mínimo a 51% (cinquenta e um por cento) do valor do capital referente às ações ordinárias e com direito a voto.

§ 2º - Integralizados os 51% (cinquenta e um por cento) do capital referente às ações ordinárias, pela incorporação dos bens mencionados neste artigo, o restante, e bem assim, as ações preferenciais, ficam para serem subscritas pelo Estado, pelos municípios interessados ou por pessoas de direito público e privado e pessoas físicas.

§ 3º - Em todo aumento de capital que houver na sociedade o Estado suscreverá ações ordinárias que lhe assegurem pelos menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 4º - O Estado poderá desfazer-se das ações que lhe pertencerem, respeitando o limite estabelecido no parágrafo anterior, quando a sua participação exceder de 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

§ 5º - Para o fim previsto neste artigo, fica ainda o governo do Estado autorizado a dispor de até 70% (setenta por cento) dos recursos orçamentários da unidade 05.05 - Departamento de Turismo da Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviço Urbanos previstos para o exercício de 1968, destinados a investimentos, sublementos 4.1.1.1 e 4.1.1.2.

§ 6º - Dos dividendos que receber da sociedade o Estado fica obrigado a aplicar no mínimo 20% (vinte por cento) por exercício financeiro, em melhoramentos na área dos imóveis de que se tenham originados os lucros respectivos.

Art. 5º - A sociedade terá sede e fôro na Cidade do Salvador e manterá estabelecimentos nas Cidades de Itaparica, Cipó, podendo instalar outros em quaisquer cidades do Estado.

Art. 6º - A administração da sociedade será exercida por um Conselho Administrativo, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal.

Parágrafo único - O Conselho Administrativo será constituído de:

- a) hum Presidente nomeado pelo Governador do Estado e demissível;
- b) três Conselheiros também nomeados pelo Governador do Estado;
- c) três Conselheiros eleitos pelas pessoas Jurídicas de direito público que participem da sociedade, com exceção do Estado;
- d) dois Conselheiros eleitos pelas pessoas físicas e Jurídicas, de direito privado.

Art. 7º - A Diretoria Executiva compor-se-á de três Diretores sendo um, que será o Presidente, nomeado pelo Governador do Estado e os outros dois eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 8º - O Conselho Fiscal será anualmente eleito pela Assembléia Geral Ordinária, na forma da Lei.

Art. 9º - Não poderão fazer parte da Administração da sociedade, em qualquer dos órgãos referidos no artigo 6º, os integrantes dos quadros dirigentes de outras empresas congêneres.

Art. 10 - A sociedade será constituída em sessão pública para este fim convocada pelo Governador do Estado, cuja ata deverá conter os Estatutos aprovados, bem como o histórico e o resumo dos atos constitutivos, especialmente da avaliação dos bens e direitos convertidos em Capital.

§ 1º - A constituição da sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e sua ata será arquivada, por cópia autêntica, na Junta Comercial do Estado da Bahia.

§ 2º - Nos Estatutos da sociedade serão observadas, em tudo que lhe for aplicável, as normas da Lei de sociedades anônimas e a reforma dos Estatutos, em pontos que impliquem modificação desta Lei depende de autorização legislativa, e, nos demais casos fica subordinada à aprovação do Governador do Estado, mediante decreto.

§ 3º - O Governador do Estado designará por Decreto comissão que se incumbirá de promover os atos constitutivos da sociedade, especialmente a avaliação dos bens que constituirão a participação do Estado no capital votante da sociedade elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia para conhecimento geral.

§ 4º - Serão isentos de custas ou qualquer outra remuneração os atos e serviços de incorporação da sociedade.

Art. 11 - A sociedade operará diretamente ou através de contratos ou concessões, ou, ainda, de subsidiárias que organizar e nas quais deverá ter sempre a maioria do capital com direito a voto.

Art. 12 - A sociedade poderá receber doações e auxílios da União, dos Estados e Municípios, de entidades nacionais ou estrangeiras, bem como doação e legados de pessoas de direito privado, pessoas físicas, e, ademais, pleitear os financiamentos previstos no Decreto-Lei nº 55-66, referente aos incentivos à indústria do turismo.

Art. 13 - A sociedade bem como suas subsidiárias gozarão de isenção de todos os impostos estaduais pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a garantia do Estado da Bahia em empréstimos e financiamentos a Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S.A. - BAHIA TURSA, até o limite de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos).

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, EM 28 DE AGÔSTO DE 1968.

LUIZ VIANA FILHO; LUIZ VIANA NETO; BORIS TABACOP

ANEXO D - Lei Delegada nº44 de 29 março de 1983

Autoriza, na forma que indica, a introdução de modificações nos estatutos sociais da Empresa de Turismo da Bahia S.A. - BAHIATURSA e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no exercício da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 1.176, de 03 de dezembro de 1982, da Assembléia Legislativa do Estado e na conformidade do disposto no artigo 13, da Lei Delegada nº 39, de 14 de março de 1983, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a introdução de modificações nos estatutos sociais da Empresa de Turismo da Bahia sociedade anônima - BAHIATURSA, sociedade de economia mista do Estado, vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, no que se refere aos órgãos de administração e à forma de operação da Empresa, respeitados os seguintes princípios:

I - o Conselho de Administração compor-se-á de até 05 (cinco) membros efetivos, eleitos, com igual número de suplentes, todos acionistas, com mandato de 02 (dois) anos, pela Assembléia Geral, que indicará, dentre eles, o Presidente;

II - a Diretoria Executiva compor-se-á de até 05 (cinco) Diretores, um dos quais como Presidente, todos eleitos pelo Conselho de Administração;

III - a Empresa poderá operar diretamente ou mediante contratos, inclusive de concessão, ou por meio de subsidiárias que organizar.

§ 1º - Para efeito do disposto no inciso III deste artigo, a Empresa e suas subsidiárias poderão participar, como acionistas ou cotistas, de empreendimentos turísticos considerados necessários para o desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia.

§ 2º - As participações deverão ser efetivadas no capital de empresas privadas nacionais, inclusive de economia mista instituídas pelo Estado ou Municípios.

§ 3º - O apoio financeiro, em forma de participação, preferencialmente em caráter minoritário, será efetivado após estudo de viabilidade do projeto e sua aprovação pelo Conselho de Administração da entidade participante.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

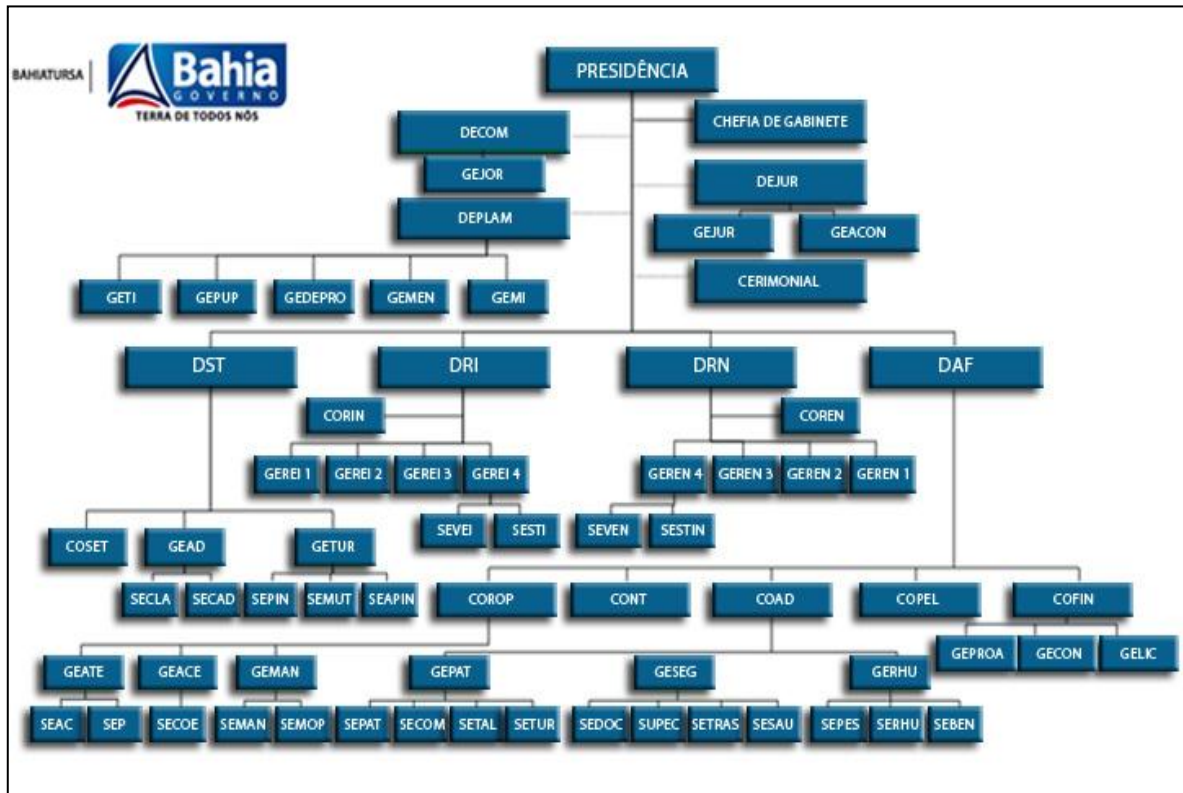
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de março de 1983.

JOÃO DURVAL CARNEIRO

Governador Waldeck Vieira Ornelas

Álvaro Fernandes da Cunha Filho

ANEXO E – Organograma atual da Bahiatursa



Fonte: <http://www.bahiatursa.ba.gov.br/institucional/organograma/>. Acesso em: 20 julho 2012.